

## análise de conjuntura

### Finanças Públicas

VERA MARTINS DA SILVA

p. 3

Vera Martins da Silva discute a situação fiscal do País, tratando de temas importantes como o novo regime fiscal, a regra de ouro e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### Setor Externo

VERA MARTINS DA SILVA

p. 8

Vera Martins da Silva analisa a conjuntura externa brasileira, mostrando a evolução das contas de transações correntes e balança comercial, além da variação na taxa de câmbio.

## temas de economia aplicada

### O Pedido de Adesão do Brasil à OCDE: Caminhos e Perspectivas (Parte II)

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD,  
RAYNE APARECIDA ALVES SANTOS

p. 14

José Paulo Zeetano Chahad e Rayne Aparecida Alves Santos dão sequência ao tema referente aos caminhos e perspectivas da adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### O Descompasso Espacial Entre Mão de Obra e Emprego: o Papel do Transporte Público na Região Metropolitana de São Paulo

RODGER ANTUNES

p. 23

Rodger Antunes faz uma revisão de literatura a respeito do desenvolvimento e da importância do transporte público para a Região Metropolitana de São Paulo, além de sua conexão com o mercado de trabalho.

### Diferenças Setoriais no Financiamento da Previdência Social

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI

p. 27

Rogério Nagamine Costanzi faz uma análise do impacto relativo para cada setor de atividade no financiamento da previdência social, mostrando quem paga mais e quem paga menos.

### A Importância das Habilidades Ocupacionais para Compreender a Dinâmica Salarial

EDIVALDO CONSTANTINO DAS NEVES JÚNIOR

p. 33

Edivaldo Constantino das Neves Júnior mostra a importância das ocupações e, em particular, do conteúdo de habilidades inerentes a cada posto de trabalho, para discutir as heterogeneidades individuais na perspectiva do capital humano.

### Internacionalização da P&D automobilística

MICHAEL TULIO RAMOS DE FRANÇA

p. 39

Michael Tulio Ramos de França descreve de forma resumida a internacionalização da P&D automobilística ocorrida no período compreendido entre 1990 e 2010.

### Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-FEA-USP

p. 45

O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura (*dividend yield*, *short interest* e *IVol-BR*), utilizando dados brasileiros.

(continua...)



## pesquisa na fea – Economia

## economia & história

**Celso Furtado Analisa o Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas**

RÔMULO MANZATTO

**Relato de Pesquisa: Sobre a 7ª Conferência Internacional de História Econômica e o IX Encontro de Pós-Graduação em História**

LUCIANA SUAREZ LOPES

p. 49

Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

p. 52

Rômulo Manzatto faz uma descrição da primeira visita oficial de Celso Furtado à Venezuela, em 1957, como chefe da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU).

p. 56

Luciana Suarez Lopes discorre sobre um encontro de História Econômica ocorrido na FEA de Ribeirão Preto, no qual diversos pesquisadores apresentaram seus trabalhos e outros foram premiados.

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

### Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri  
(Presidente)  
Andrea Sandro Calabi  
Denisard C. de Oliveira Alves  
Eduardo Amaral Haddad  
Francisco Vidal Luna  
Hélio Nogueira da Cruz  
José Paulo Zeetano Chahad  
Simão Davi Silber

### Diretoria

**Diretor Presidente**  
Carlos Antonio Luque  
**Diretora de Pesquisa**  
Maria Helena Garcia  
Pallares Zockun  
**Diretora de Cursos**  
Vera Lucia Fava

### Pós-Graduação

Márcio Issao Nakane  
**Secretaria Executiva**  
Domingos Pimentel  
Bortoletto  
**Conselho Editorial**  
Heron Carlos E. do Carmo  
Lenina Pomeranz



Luiz Martins Lopes  
José Paulo Z. Chahad  
Maria Cristina Cacciamali  
Maria Helena G. Pallares Zockun  
Simão Davi Silber

### Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de Araujo

<http://www.fipe.org.br>

### Editora-Chefe

Fabiana F. Rocha

### Produção Editorial

Sandra Vilas Boas

# análise de conjuntura



## Finanças Públicas: Ainda a Criatividade à Beira do Abismo Fiscal

VERA MARTINS DA SILVA (\*)

O resultado primário do governo central acumulado em 12 meses, divulgado no final de julho de 2018, foi deficitário em R\$ 103,2, o que representa cerca de -1,5% do PIB. A meta fiscal do primário para 2018 havia sido definida em R\$ 157,2 bilhões, ou -2,27% do PIB. Então, pode parecer que o governo central fez a sua lição de casa; está promovendo um ajuste fiscal em meio a uma ainda forte recessão. Mas será isso mesmo ou estamos diante de uma nova fase da criatividade fiscal? Para começar, está sendo chamada de “empoçamento” a diferença entre o limite autorizado de gasto e o que foi efetivamente realizado pelo governo central, tendo atingido o montante de R\$ 12,7 bilhões no final do primeiro semestre do ano de 2018. Isto acabou gerando uma “economia” nas diversas ações previstas pelo

governo, que poderão ou não ser realizadas até o final do ano, dependendo do tipo de atividade. Provavelmente, não serão.

Na verdade, essa “economia” representa uma precarização das ações governamentais, na medida em que não foram realizados cortes substanciais de programas e suas despesas específicas, com exceção de alguns poucos programas de governo. Ou seja, a maioria das ações públicas continua em operação, porém, com menos recursos. Até mesmo a redução de benefícios fiscais implementada até agora tem sido bem menor do que o inicialmente proposto, graças à atuação dos grupos de interesse no Congresso, que resistem bravamente a eventuais reduções de seus benefícios. Ao contrário, foram ampliadas as concessões de benefícios

fiscais a alguns grupos, como os programas de recuperação fiscal de pequenas e microempresas e da cadeia de óleo e gás. Tudo isso deixa claro como são tortuosos os caminhos do controle fiscal pelo lado da despesa e da ampliação da necessidade de criatividade fiscal para a sua condução.

### 1 Resultado Primário

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal do Primeiro Semestre de 2018 (RGFPS\_2018),<sup>1</sup> no primeiro semestre de 2018, o governo central apresentou um déficit primário de R\$ 32,9 bilhões contra um déficit primário de R\$ 56,5 bilhões no mesmo período do ano anterior (valores nominais). Em valores reais,<sup>2</sup> foi registrada uma queda de 44% na comparação entre o primeiro semestre de 2017 e o

primeiro semestre de 2018. Esse resultado foi possível devido ao crescimento de 6,3% da receita líquida, superior ao crescimento da despesa (2,2%), sugerindo que a recuperação da economia, mesmo que mais lenta do que o desejável, tem surtido algum impacto positivo sobre a receita pública, como era de se esperar. Mas, acima de tudo, o aumento da receita no primeiro semestre do ano decorreu de algumas medidas pontuais e que deram início ao famigerado movimento de caminhoneiros em maio de 2018.

De fato, o aumento mais expressivo de receita em nível federal foi de R\$ 17,2 (16,2%) da Cofins e de R\$ 4,3 bilhões (+14,9%) do PIS/PASEP, como reflexo do aumento do PIS e da Cofins sobre combustíveis (Decreto 9.101/2017) e do aumento da venda de bens, cerca de 6,38% segundo a Pesquisa Mensal do Comércio da FIBGE. Obviamente, esse aumento de arrecadação teve vida curta e foi revertido com os acordos entre o governo central e os caminhoneiros no final de maio. Mas, para efeito das contas públicas, ajudou, e muito, no resultado do primeiro semestre de 2018.<sup>3</sup>

Na comparação entre os primeiros semestres de 2017 e de 2018, ajudaram também para o bom desempenho da receita federal o aumento da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em R\$ 5,7 bilhões, +26%, e do Imposto de Renda (IR), em R\$ 4,5 bilhões,

+2,3%, especialmente pelo aumento da arrecadação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (R\$ 5,5 bilhões). Houve crescimento de R\$3,9 do Imposto de Importação (cerca de +25%). No caso do Imposto de Importação, esse crescimento deveu-se ao aumento da taxa média de câmbio (cerca de 8%) e ao aumento do valor em dólar das importações (cerca de 18%). Além disso, no âmbito do Programa de Regularização Tributária, apesar da redução generosa dos encargos por atrasos, ocorreu um aumento de R\$ 10 bilhões na arrecadação.

Entre as Receitas Não Administradas pela Receita Federal, destacam-se o aumento de R\$ 6,8 bilhões da Cota-Parte da Compensação Financeira, especialmente decorrente do aumento dos preços e produção de petróleo. Destaca-se também o resgate do fundo Soberano entre maio e junho de 2018, que contribuiu para R\$ 4,1 bilhões, e o aumento da receita de dividendos pagos à União pelas suas estatais, com acréscimo total de R\$ 1,2 bilhões, em especial pelo pagamento de dividendos pela Caixa Federal, no montante de R\$ 2,8 bilhões – contrariamente ao mesmo período do ano anterior, quando a Caixa não realizou pagamento de dividendos.

Sob a ótica da receita primária, do total de R\$ 45,4 bilhões arrecadados a mais no primeiro semestre de 2018 em relação ao primeiro semestre de 2017, cerca de metade veio da receita adicional propiciada

pelos tributos sobre combustíveis – algo que, como o passado recente mostrou, acabou se vaporizando no ar e demonstra a fragilidade da dependência de *commodities*, especialmente de combustíveis, para um bom desempenho da receita fiscal.

Pelo lado da despesa primária, foi apurado um aumento de R\$ 14,1 bilhões (+2,2%). Cerca de metade desse montante, R\$ 7,3 bilhões, ou +2,7%, refere-se a despesas da Previdência, com a quase totalidade relativa à Previdência Urbana, +R\$ 7 bilhões. As despesas com Pessoal e Encargos aumentaram em R\$ 1,1 bilhão (+0,8%). As Despesas Discricionárias apresentaram aumento de R\$ 9 bilhões (+8%). Entre essas Despesas Discricionárias, destacam-se o aumento das Despesas do Ministério da Saúde, em R\$ 4,8 bilhões, e da Defesa, em R\$ 2,2 bilhões, em virtude do uso das Forças Armadas.<sup>4</sup>

No que diz respeito à Previdência, ocorreu um aumento da arrecadação líquida de R\$ 1,8 bilhões, +1% real, contrabalançado por um aumento de despesas de R\$ 7,3 bilhões (2,7%). No semestre, o resultado primário da Previdência foi de -R\$ 92 bilhões contra -R\$ 87 bilhões no primeiro semestre de 2017, ou seja, um incremento de 6,4% no déficit previdenciário.

Houve redução de Outras Despesas Obrigatórias em R\$ 3,3 bilhões (-3,2%), especialmente devido à

redução do Abono e Seguro Desemprego, -R\$ 2 bilhões, que foram contudo contrabalançadas por aumento de Despesas de Sentenças Judiciais e Precatórios em R\$ 2,9 bilhões. O que fez a diferença no que concerne às despesas primárias foi a redução de valores com Subsídios, Subvenções e Proagro, com queda de R\$ 2,8 bilhões. Cabe sempre lembrar que os benefícios fiscais são um grande captador de recursos públicos e que deveriam ser objeto prioritário da análise de custo/benefício para a próxima administração, já que nesta fase do ciclo político não resta muito espaço para fazê-lo.

Enquanto uma recuperação substantiva da receita pública não vem, as despesas obrigatórias seguem absorvendo praticamente toda a receita. Segundo informações do Tesouro Nacional, no final de junho de 2018, no acumulado de 12 meses, as Despesas Obrigatórias representavam 98% da Receita Corrente Líquida, sendo 47% referente a Benefícios Previdenciários, 24% Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 27% referente a Demais Despesas Obrigatórias. Nessas condições, as Despesas Discricionárias vão sendo cada vez mais apertadas e especialmente o Investimento Público vai sendo reduzido. Nesse contexto, e identificando-se as necessidades de investimentos em infraestrutura, fica claro que o principal de uma nova rodada de investimentos será possibilitado fundamentalmente

por um programa robusto de concessões. E isto dependerá fortemente de um ambiente regulatório funcional.

## 2 Novo Regime Fiscal

O Novo Regime Fiscal, que prevê o controle de despesas de modo gradual e cujo principal instrumento é a Emenda Constitucional 95 de 2016, que limitou um conjunto abrangente de despesas primárias ao valor pago no exercício anterior acrescido do IPCA, tem sido implementado e, por enquanto, tem funcionado num contexto recessivo, de baixa inflação e com contenção de gastos de pouca efetividade. Em 2017, havia sido estabelecido um teto global de despesas de R\$ 1,3 trilhão para o ano de 2018, e até o final do primeiro semestre já foi usado o montante de R\$ 629 bilhões, ou seja, 46,72%. Esse mecanismo de controle de despesas está ancorando a expansão das despesas federais, o que está na origem do chamado “empoçamento” e dado que o segundo semestre terá um fator de expansão de gastos com pagamentos de décimo-terceiro salários, é bem provável que o que não foi gasto nos programas setoriais no primeiro semestre pelos diversos órgãos dificilmente o será no segundo semestre. Já há sinais evidentes de uma piora na execução de ações de governo, que tende a se acentuar a partir do ano que vem.

Além do já descrito problema no âmbito do resultado primário, com receitas comprimidas e tendência de expansão de gastos, a regra de teto de gastos pode ajudar no “controle da despesa”, mas não impede efetivamente o aumento de uma série de gastos definidos por regras jurídicas diversas. O Novo Regime fiscal estabelece que se os gastos superarem o teto, uma série de medidas de contenção devem ser implementadas, como proibição de reajustes, admissão de novos servidores, criação de novas despesas obrigatórias, criação e expansão de linhas de financiamento e subsídios e subvenções. Para o ano de 2018, e dada a contenção de gastos possível até então, o cumprimento dessa regra parece estar assegurado, mesmo que às custas da qualidade de implementação de alguns serviços. Já para 2019, há sérias dúvidas sobre o destino do Novo Regime Fiscal e vai depender do próximo governo continuar ou não com essa regra. Por se tratar de uma regra constitucional, sua alteração é certamente mais difícil, embora não impossível, a depender dos apoios e das pressões políticas envolvidos.

## 3 Regra de Ouro

Ainda na linha de finanças públicas federais à beira do abismo, há uma velha regra fiscal que tem sido cumprida desde o início do milênio, mas que passou a ser objeto de preocupação. Trata-se da Regra de

Ouro, estabelecida na Constituição de 1988 e que tem o objetivo de não permitir que despesas correntes sejam financiadas por dívida pública nova, ou seja, por operações de crédito. Até junho de 2018, no acumulado em 12 meses, as Receitas de Operações de Crédito consideradas foram calculadas em R\$ 730 bilhões enquanto as Despesas de Capital R\$ 748 bilhões, com um resultado favorável ao cumprimento da regra de R\$ 17,5 bilhões. Contudo, para o final de 2018, o Tesouro Nacional já prevê que as Receitas de Operações de Crédito consideradas serão de R\$ 965 bilhões enquanto as Despesas de Capital estão estimadas em R\$ 867 bilhões. Ou seja, uma lacuna de cerca de R\$ 98 bilhões, a ser fechada com a volta dos recursos enviados ao BNDES no passado e que precisam ajudar a fechar as contas, pelo menos R\$ 60 bilhões, mais os recursos provenientes de Concessões e Permissões, mais recursos desvinculados de itens de despesa específicos, assim como o resultado do Banco Central. No caso deste ter resultado positivo, o Banco Central paga o Tesouro com dinheiro, o que acontece normalmente quando há depreciação cambial, como tem sido o caso neste ano de 2018. Por enquanto, o malabarismo fiscal vai funcionando e provavelmente também funcionará em 2019. Daí para frente, as possibilidades para fechar as contas vão minguando significativamente, na medida em que o BNDES já terá retornado os aportes feitos a ele e as Concessões

dependem de uma série de condições, em geral, fora da governabilidade do Poder Executivo central. Restará, então, a solução de recuperação da receita pública, seja por redução significativa de perda de receita por incentivos fiscais, impostos novos e/ou reformulação da estrutura fiscal, o velho e indesejável imposto inflacionário ou o apelo a mais operações de crédito para financiar despesas correntes, conforme já delineado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ver a seguir a “Regra de Ouro”, conforme definida constitucionalmente.

#### *Constituição Federal 1988*

Art. 167. São vedados:

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

#### 4 Lei de Diretrizes Orçamentárias

Foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 – PLDO 2019, PLN 2/2018, mas, no momento da elaboração deste texto, ainda não havia sido sancionado pelo Poder Executivo. A meta fiscal para 2019 estabelecida foi de déficit de R\$ 132 bilhões (-1,75% do PIB) para o conjunto do setor

público, sendo déficit de R\$ 139 bilhões para a União, déficit de R\$3,5 para as estatais federais, exceto os grupos Eletrobras e Petrobras, que, como nos anos recentes, têm sido excluídos das metas fiscais, e previsão de superávit primário de R\$ 10,5 para o conjunto de Estados e Municípios. As projeções macroeconômicas para 2019 foram de crescimento de 3% do PIB, 4,25% do IPCA, Selic no final do período de 8% a.a. e câmbio no final do período de R\$ 3,4/US\$.

O PLDO define uma previsão de redução de incentivos fiscais, estimados atualmente em 4% do PIB, ao longo dos anos, assim como uma posição de melhoria na gestão dos recursos como um todo. Contudo, mesmo com as regras de contenção de despesas, especialmente vinculadas ao teto, a expansão dos gastos obrigatórios traz para 2019 a premência do uso da válvula de escape da Regra de Ouro. Segundo essa regra constitucional, não se pode usar Operações de Crédito para financiar Despesas Correntes, **exceto em casos excepcionais**. Por sorte daqueles que recebem pagamentos do governo federal, existe essa válvula de escape, que, entretanto, propicia uma expansão da dívida pública, ou seja, empurra para frente o problema do desequilíbrio fiscal. Vale lembrar que essa regra tem sido seguida ao longo dos últimos anos e que os desequilíbrios até então eram cobertos com o uso de recursos empoçados de exercícios fiscais anteriores,

venda de ativos e demais criatividades fiscais. Agora, a capacidade de fechar contas está se estreitando e a tendência ao uso do endividamento público está aumentando.

Mas a criatividade ainda está viva e atuante. Segundo o entendimento corrente, o uso da válvula de escape deveria ser feito como uma excepcionalidade, uma solução para um problema eventual durante a execução do orçamento e não um instrumento para solucionar um desequilíbrio fiscal estrutural do exercício seguinte. Mas o PLDO 2019 inclui a possibilidade de o governo já usar as Operações de Crédito como fonte de financiamento de um desequilíbrio da ordem de R\$ 250 bilhões na elaboração do orçamento de 2019. Ver a seguir o artigo do projeto de LDO que já prevê o uso de dívida nova para cobrir os gastos correntes.

*Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLN 2/2018*

Art. 21. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei poderão conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

Então, a única certeza que se tem para 2019 é o aumento da dívida pública federal, mesmo com regras fiscais ditas draconianas. Repactuar a estrutura fiscal e promover uma retomada firme do crescimento é vital para a nova administração a ser eleita em breve. Caso contrário, o país vai sofrer uma agonia crônica de corrosão fiscal.

todos os valores e aumentos são expressos em valores atualizados pelo IPCA.

- 3 PIS (Programa de Integração Social); PASEP (Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público) e Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são contribuições federais, não repartidas obrigatoriamente com Estados e Municípios, e fazem parte do complexo e disfuncional sistema tributário nacional. A Cofins é um dos temas em discussão quanto à existência ou não de déficit previdenciário, pois é uma das fontes de financiamento da seguridade, que inclui também as políticas públicas de saúde e assistência social.
- 4 É bom lembrar a ampliação da atuação das Forças Armadas no combate à violência urbana em várias regiões, especialmente no Rio de Janeiro, dada a elevadíssima situação de insegurança pública.

1 Tabela 1.2 – Receitas Primárias do Governo Central – Brasil-2017/2018. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>.

2 Valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da FIBGE. Na sequência desta nota de conjuntura,

*(\*) Economista e doutora pela FEA-USP.  
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).*

## Setor Externo: a Guerra Comercial como uma Tempestade Ainda Distante

VERA MARTINS DA SILVA (\*)

O ambiente econômico internacional está abalado pelas medidas de protecionismo tarifário e pela pressão de maior controle sobre investimentos externos, iniciado pelo governo federal dos Estados Unidos, com repercussão sobre a União Europeia e demais países. Mas ainda há um resquício do ambiente favorável ao comércio internacional, que em 2017 apresentou crescimento de 4,7% em volume – o maior crescimento verificado em seis anos –, e aumento de 11% de crescimento em valor, segundo a Organização Internacional do Comércio.

O volume de comércio de bens nas Américas do Sul e Central ficou com um desempenho mais modesto relativamente à média mundial em 2017 (aumento de 3,5% em volume e de 10,4% em valor), bem atrás da região campeã, Ásia, que apresentou um aumento de comércio de bens de 8,1% em volume e de 13% em valor – claro que pelo efeito China. O Brasil tem aproveitado esses tempos de pujança comercial até agora, quando a guerra comercial entre Estados Unidos e China passou da retórica à prática, com a imposição de tarifas a produtos

importados pelos Estados Unidos e pela nova lei de proteção aos “interesses nacionais dos Estados Unidos”, a *Foreign Investment Risk Review Modernization Act “FIRREA”*, recentemente aprovada. Diante da tempestade no horizonte, algumas medidas de ampliação de comércio entre regiões já estão sendo realizadas, como o acordo comercial entre o Japão e a União Europeia e uma iniciativa de tratado comercial entre o Mercosul e os Países do Pacto do Pacífico.

Apesar de não ser um dos principais alvos do protecionismo americano, o Brasil já começa a se mover para não perder comércio e se proteger das turbulências que tendem a ocorrer daqui para frente. Predomina um clima de calma com observação atenta ao horizonte internacional turbulento no âmbito externo, que até agora tem sido o único segmento a contribuir para o pequeno crescimento da produção doméstica. Os resultados da relativa tranquilidade do setor externo nacional em meio aos movimentos iniciais da guerra comercial entre os grandes atores globais podem ser vistos pelos resultados das contas do primeiro semestre de 2018

do Balanço de Pagamentos, que refletem oficialmente as transações entre residentes e não residentes do país.

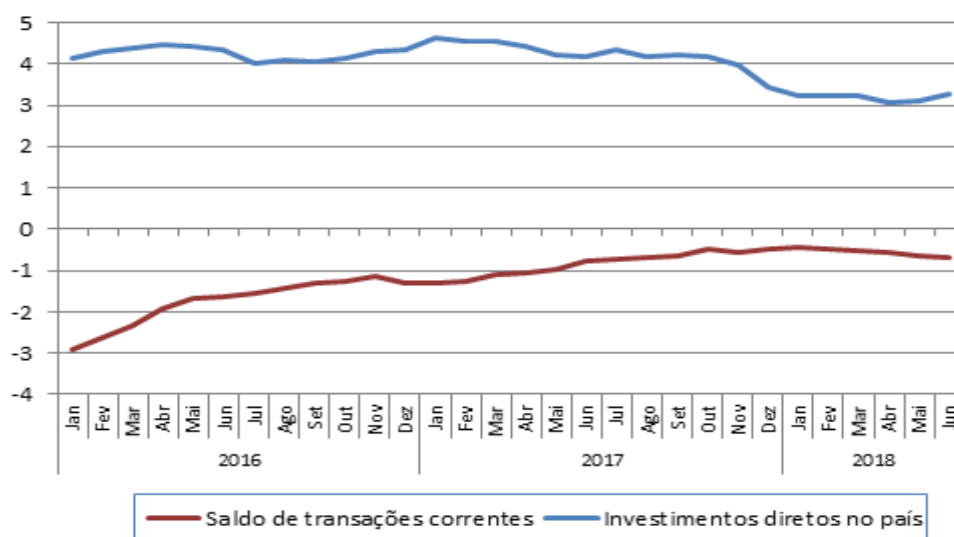
O saldo da conta de Transações Correntes no primeiro semestre de 2018 ficou negativo em US\$ 3,6 bilhões, ante um resultado praticamente nulo no primeiro semestre de 2017. Houve recuo importante no saldo da Balança Comercial de US\$ 7 bilhões na comparação dos dois primeiros semestres destes dois anos, cujo principal responsável foi o aumento das Importações em US\$ 13 bilhões. As Exportações apresentaram crescimento, porém menos expressivo, de US\$ 5,9 bilhões. No acumulado em doze meses, o saldo de Transações Correntes em relação ao PIB foi estimado em -0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) enquanto o Investimento Direto no País ficou em 3,2%. Ou seja, do ponto de vista externo, há uma situação de tranquilidade para o financiamento da economia. No Gráfico 1 é apresentada a evolução das Transações Correntes e do Investimento Direto no País sobre o PIB, em termos acumulados em 12 meses desde o início de 2016. Pode-se visualizar



que o déficit em Transações Correntes tem sido financiado facilmente pela entrada de recursos no país, em que pese que o Investimento Direto passou de 4,2% no início de 2016 para 3,3% no final de junho de 2018. Ou seja, tem ocorrido uma redução de recursos para o

Brasil, em função da trajetória de retorno da política monetária americana a uma normalidade e também da queda de juros reais no Brasil, o que é salutar do ponto de vista global.

Gráfico 1 - Transações Correntes e Investimento Direto no País sobre o PIB (%) - Valores Acumulados em 12 Meses



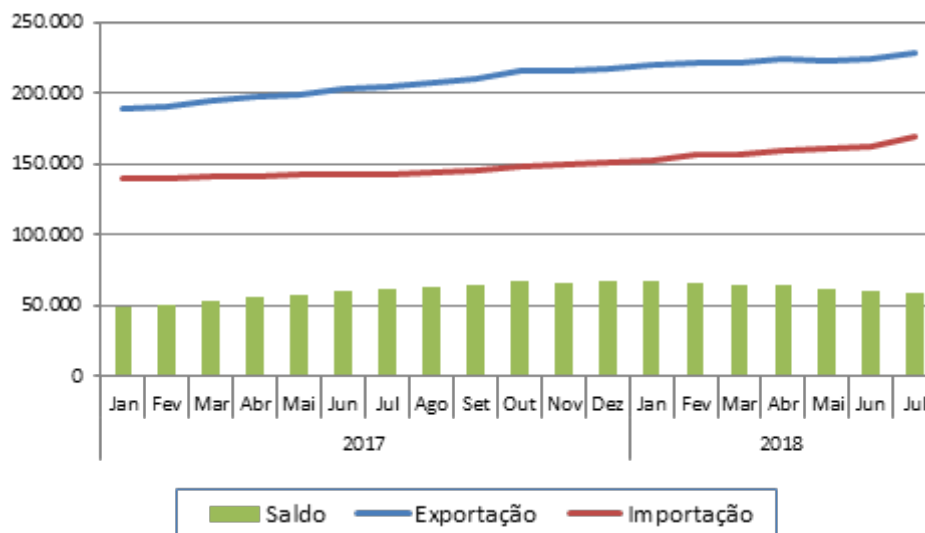
Fonte: Indicadores Econômicos do Bacen.

Tanto Exportações como Importações têm seguido uma trajetória de crescimento ao longo de 2017 e 2018, com Saldo Comercial positivo (ver Gráfico 2). Por outro lado, o conjunto de bens que mais tem crescido dentro das Exportações é o de produtos básicos. Isto traz à tona a velha questão do risco da especialização relativa da pauta de exportações em produtos básicos, sem agregação de valor dentro do país, o que implica perda de empregos e renda internos e o desempenho mais modesto das Exportações de Manufaturados (ver Gráfico 3). Ao contrário, no âmbito das Importações, dos US\$ 169 bilhões importados no acumulado em 12 meses findo em junho de 2018, 59% foram bens intermediários e 14% bens de capital, indicando uma pauta de importações mais sofisticada tecnologicamente do que de exportações.

Como inverter essa situação é uma questão de política econômica a ser discutida e implementada no futuro, caso não se deseje que o país amplie sua dependência

de exportação de *commodities*, cujos preços tendem a oscilar mais relativamente aos dos manufaturados. Como consequência, as receitas dos produtores são mais afetadas por variações de preços, que no final acabam por deteriorar a situação fiscal do país, pois as receitas públicas são extremamente pró-cíclicas com preços e ciclo de preços de *commodities*. Cabe ressaltar que a parcela de produtos básicos representa 47% do total de bens exportados pelo Brasil nos últimos anos, enquanto na média mundial, em 2017, cerca de 70% de todos os produtos exportados eram manufaturados. A parcela de produtos agrícolas era de apenas 10% do total e a de combustíveis e produtos minerais não elaborados, de 15%. Ou seja, somando-se os dois tipos de produtos, em média apenas 25% do total exportado no mundo era de produtos sem agregação de valor, praticamente a metade do que é exportado pelo Brasil.

Gráfico 2 - Exportação, Importação e Saldo Comercial - Valores Acumulados em 12 Meses - US\$

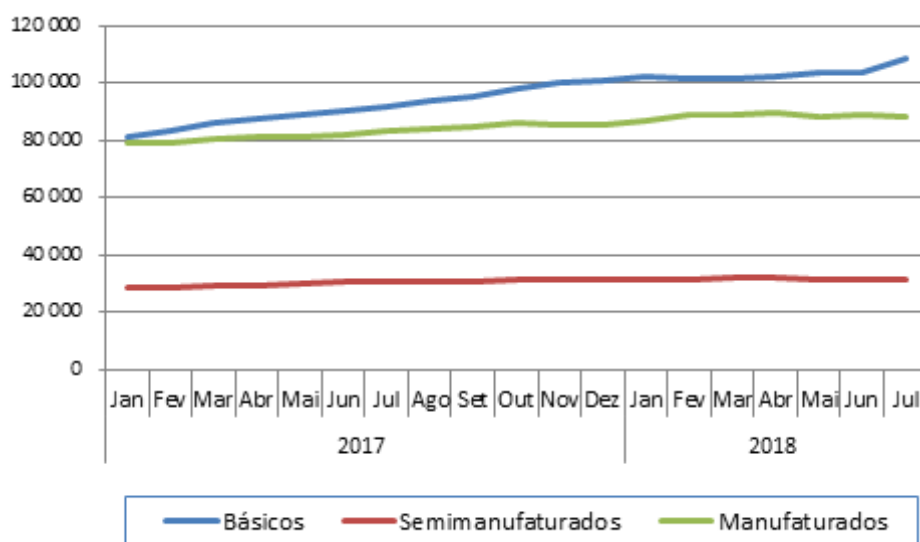


Fonte: Indicadores Econômicos do Bacen.

Na comparação dos saldos de comércio por países, o saldo comercial positivo do Brasil é bastante concentrado: dos US\$ 34 bilhões de saldo positivo no comércio no primeiro semestre de 2018, a China sozinha responde por 50% (US\$ 17 bilhões). Esse montante pode até aumentar conforme o desenrolar da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos. Nesse caso, a hipótese é de que os fluxos comerciais entre os dois países aumentem à medida que o destino das

exportações chinesas for procurar novos mercados. Nesse caso, o saldo comercial pode se reverter e se tornar deficitário num futuro próximo. Por ordem de importância no resultado comercial, seguem os Países Baixos, com 18% do saldo comercial, e a Argentina, com 11%. Esta última grande parceira comercial está em crise econômica, portanto, não se deve esperar desse país um aumento significativo de demanda por produtos brasileiros, pelo menos no futuro próximo.

Gráfico 3 - Exportações Brasileiras por Fator Agregado - US\$ Milhões Acumulado em 12 Meses



Fonte: Indicadores Econômicos do Bacen.

No caso da Balança de Serviços, houve aumento de cerca de US\$ 1 bilhão no recorrente déficit, praticamente concentrado nas despesas de transporte. As despesas com Serviços, não fatores de produção, foram de -US\$ 16,7 bilhões, nesse primeiro semestre de 2018.

No caso da Renda Primária, observando-se o que ocorreu entre o primeiro semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, houve uma melhoria no resultado de US\$ 4 bilhões, com o déficit do primeiro semestre de 2018 atingindo US\$ 15,6 bilhões e queda de US\$ 1,8 bilhões da remessa de Lucros e Dividendos, calculados em -US\$ 7 bilhões no primeiro semestre de 2018. Houve ainda queda de US\$ 2,5 bilhões no pagamento de juros

a não residentes, mas o montante continua elevado (US\$ 8,7 bilhões). Como de costume, o saldo da conta de Renda Primária (anteriormente chamada de Pagamentos de Serviços Fatores de Produção) é negativo e reflete o fato de o Brasil ser um usuário de fatores de produção externos, capital em suas diversas modalidades. Como consequência disso, no primeiro semestre de 2018, as despesas com Renda de Investimentos foram negativas em US\$ 15,7 bilhões.

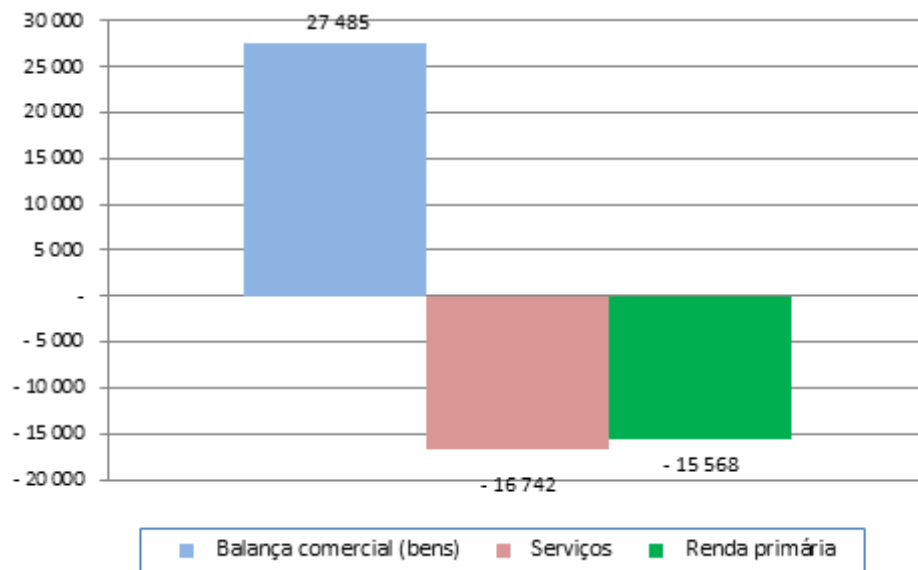
O Gráfico 4 apresenta os principais itens de Transações Correntes no primeiro semestre de 2018, indicando que apesar da relevância do comércio de bens para o dinamismo da economia e a tranquilidade de seu setor externo é necessário

recorrer à entrada de recursos externos, inseridos na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, para financiar plenamente as Transações Correntes: as contas de Serviços não fatores de produção, no montante de -US\$ 16,7 bilhões, mais Renda Primária (antiga conta de Serviços Fatores de Produção) no montante de -US\$ 15,6 bilhões, são cobertos parcialmente pelo resultado da Balança Comercial, de + US\$ 27,5 bilhões, restando um déficit de US\$ 5 bilhões, confortavelmente cobertos pelo Investimento Direto no País de US\$ 25 bilhões nesse primeiro semestre. O saldo positivo de US\$ 20 bilhões não foi, entretanto, suficiente para estabilizar a taxa cambial, que tem oscilado muito. No primeiro semestre do ano ocorreu uma depreciação

significativa, que acabou incentivando intervenções por parte do Banco Central no mercado para acalmar esse nervoso mercado cambial. No Brasil, o regime cambial é dito flutuante, mas quando flutua além do esperado, o Banco Central incorpora o nervosismo do

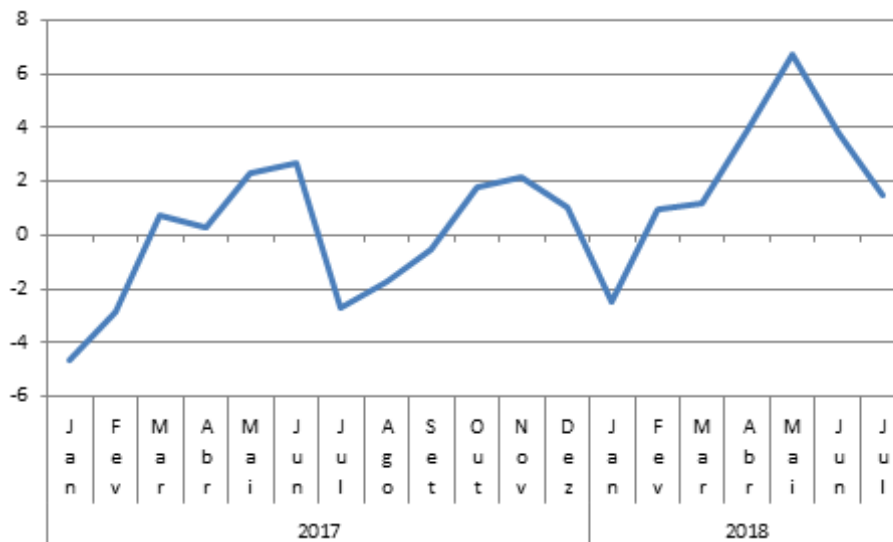
mercado e atua em termos de aplainar a flutuação.<sup>1</sup> O caso é que todos já sabem disso e o jogo especulativo ganha contornos que escapam aos fundamentos da economia vista pelo âmbito do setor externo.

Gráfico 4 - Principais Itens de Transações Correntes - Jan-Jun 2018, US\$ Milhões



Fonte: Indicadores Econômicos do Bacen.

Gráfico 5 - Variação Mensal da Taxa de Câmbio - Jan 2017 a Jul 2018 (%)



Fonte: Indicadores Econômicos do Banco Central do Brasil.

---

1 Mesmo no mês de maio de 2018, quando o movimento dos caminhoneiros causou um caos no país, ocorreu uma entrada líquida de U\$ 1,7 bilhões, o que indica que o mercado cambial está muito mais propenso a instabilidades decorrentes de eventos e percepções pontuais sobre o estado da economia do que a fatores concretos.

*(\*) Economista e doutora pela FEA-USP.  
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).*

# temas de economia aplicada



## O Pedido de Adesão do Brasil à OCDE: Caminhos e Perspectivas (Parte II)

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD (\*)  
RAYNE APARECIDA ALVES SANTOS (\*\*)

### 1 Introdução

Este artigo dá sequência ao tema referente aos caminhos e perspectivas da adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), complementando diversos outros tópicos relativos ao ingresso brasileiro na organização apresentados no Boletim anterior.<sup>1</sup>

Como vimos naquele texto, apesar do porte da economia brasileira, e de seus compromissos com o Estado democrático e predominância do mercado nas relações comerciais, interna e externas, o Brasil ainda não aderiu àquela Instituição. No entanto, o país tem tido um amplo histórico de relacionamento

com a OCDE, participando de inúmeras áreas técnicas, elaborando conjuntamente Planos de Trabalho, e sendo considerado “parceiro-chave”.

Isto, contudo, não tem servido para estimular a OCDE a buscar, de fato e de direito, a desejada adesão, dada a fragilidade em que o país se encontra atualmente. Do lado brasileiro, a oposição de setores organizados – associada, principalmente, à persistência da crise recessiva, à insegurança jurídica, aos descalabros da política (e dos políticos) brasileira, bem como à crise moral e ética que tem ocorrido desde a década de 2010 – tem funcionado como um obstáculo praticamente intransponível para

que o pedido de adesão percorra seu caminho crítico para nos tornarmos membros plenos.

Nesta segunda parte desse estudo abordaremos os caminhos que o país precisa percorrer para, de fato, se tornar membro institucional, quais as vantagens dessa adesão, quais os argumentos desfavoráveis e as críticas a este ingresso e, por fim, quais são as reais perspectivas de o Brasil participar da OCDE na qualidade de membro pleno.

### 2 Sumário da Parte I

Tendo em vista facilitar a compreensão do leitor, este sumário resgata os principais itens conti-

dos no artigo, sob o mesmo título, em sua Parte I. De fato, no último Boletim, expusemos um amplo panorama acerca do papel desempenhado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) em âmbito internacional, apresentando aspectos econômicos e institucionais que a Instituição abrange. Adentramos, também, na descrição das relações institucionais já consolidadas com o Brasil.

Como visto, a OCDE foi criada em 1961, como sucessora da Organização para a Cooperação Econômica (OECE), instituída com o objetivo de auxiliar os países na recuperação econômica pós-Segunda Guerra. Hoje ela é composta por 35 países membros plenos. A organização é conhecida por promover o intercâmbio de boas práticas institucionais e de governança, além de atuar na facilitação do comércio e no fomento a investimentos. Com a missão de promover políticas que visam o desenvolvimento econômico e bem-estar ao redor do mundo, as políticas delineadas pelo órgão se tornam referência internacional.

Como apresentado na Parte I deste artigo, o processo de adesão de novos países membros à OCDE é bastante rigoroso e costuma ser longo. Entre a avaliação do pedido de anuência e o reconhecimento do país pleiteante como efetivamente membro pleno é comum que o processo perdure entre 3 e 4 anos. O pedido de adesão é analisado pelo Conselho da OCDE e só

é levado adiante se aprovado por unanimidade. Após essa etapa, o país interessado no pleito passa por vistorias realizadas pelos comitês da OCDE, e deve demonstrar esforço em direção às medidas de adequação às normas-padrão da Instituição.

Em 2017, através de esforços do governo brasileiro, o país buscou formalizar seu pedido de adesão à OCDE. Na avaliação do governo federal, a entrada para a OCDE auxiliaria o Brasil a adotar uma agenda de abertura e modernização econômica, de modo a pactuar com os padrões internacionais. Além disso, seria uma forma de forçar o país a interagir mais com um conjunto de países, onde muitos possuem liderança nas áreas de automação, tecnologia digital, informática e tecnologia das comunicações, mas onde todos estão voltados para as boas práticas nas políticas que praticam.

Apesar desse recente episódio, a relação brasileira com a OCDE já é bastante consolidada, datando da década de 1990. Ao longo dos anos, por iniciativa do Itamaraty e outras instituições nacionais, essa relação foi sendo fortalecida. Em 1992, o Brasil obteve autorização para participar como membro observador da OCDE e, posteriormente, associou-se a alguns Comitês junto ao órgão. Em 2007, Brasil, África do Sul, China, Índia e Indonésia tornaram-se Parceiros-Chave da Instituição, numa iniciativa do

órgão de se aproximar das economias emergentes.

Fazendo parte da organização como um dos parceiros estratégicos, além da promoção de estreitamento de laços, o Brasil garantiu maior cooperação e participação em projetos e ações pontuais. O Programa de Trabalho Brasil - OCDE 2016-2017 findou por transformar essa cooperação mais próxima em uma verdadeira parceria.

Na exposição das relações comerciais entre países membros do órgão e o Brasil foi revelado um enorme fluxo comercial, sendo sete dos dez maiores importadores do Brasil membros da OCDE. No cenário das exportações para o Brasil o resultado não é muito diferente, pois entre os dez maiores exportadores oito são países da OCDE. Como visto, esse fluxo comercial já intenso poderia ser ainda mais ampliado, além de não deixar de ser um aspecto positivo no pleito brasileiro à Instituição.

Afora os bons resultados em requisito de parceria econômica, foram utilizados indicadores econômicos selecionados para mostrar a posição relativa do Brasil no conjunto de países membros da OCDE. No cômputo geral, estes dados revelam a prevalência de uma situação desfavorável para o país.

Mesmo sendo a sexta maior economia, na comparação feita exclusi-

vamente com países que compõem a OCDE, o Brasil acaba figurando na pior posição quando se compara o PIB *per capita*. A fragilidade brasileira é ainda atestada nos dados de investimento em porcentagem do PIB e na taxa de desemprego da força de trabalho, sempre em posição não compatível com o desejado.

O artigo anterior explorou, também, como será reforçado ao longo da exposição que se seguirá, que o Brasil terá que percorrer um longo caminho se quiser avançar nas relações com a OCDE e, se o fizer, poderá beneficiar-se de forma ampla.

### 3 O Caminho Brasileiro para Ingressar na OCDE: Onde Estamos?

Se aprovado pelo plenário o pedido de acesso à OCDE o Brasil se tornará candidato oficial, e deverá percorrer um longo caminho em direção a mudanças normativas, políticas econômicas, além de ser, de forma permanente, submetido a avaliações rigorosas feitas pela Instituição. Para que se adeque aos padrões da OCDE contará com o apoio de equipes técnicas muito bem qualificadas, que poderão auxiliar o país em matéria de modernização regulatória e aperfeiçoamento de suas estruturas de governança, boas práticas em diversas áreas.

De acordo com a própria organização, o Brasil já demonstra

alguns avanços em relação às mudanças necessárias para entrar na Instituição. Em um dos documentos divulgado pela OCDE intitulado “Trabalhando com o Brasil”, a entidade reconhece o esforço brasileiro em aderir, até aqui, aos 37 instrumentos jurídicos da Instituição, refletindo o envolvimento crescente do país com a OCDE.<sup>2</sup>

Na avaliação feita em seu relatório econômico para o Brasil, divulgado em fevereiro deste ano, a OCDE destaca os esforços feitos pelo país, desde 2016, em direção às reformas; também destaca as áreas onde o país precisa melhorar se quiser voltar a crescer.<sup>3</sup> Algumas das recomendações feitas pelo órgão em seu Relatório de 2015 já foram colocadas em curso pelo atual governo, como a implementação de um ajuste fiscal de médio prazo, assinalado pelo teto de gastos públicos, e a mudança na taxa de empréstimo compulsório (TJLP), que foi substituída pela chamada TLP, que convergirá para as taxas de mercado nos próximos cinco anos. Ademais, mudanças estruturais importantes como a Reforma Trabalhista e a Reforma do Ensino Médio já estão sendo implementadas em consonância com as diretivas da organização.

Embora o país tenha avançado, mesmo que timidamente, ainda existem muitas áreas onde segue estagnado, ou tem apresenta-

do retrocesso. Se efetivamente considerado candidato oficial ao ingresso na OCDE, um dos pontos mais delicados no processo de adequação das normas brasileiras aos padrões da OCDE relaciona-se à legislação tributária brasileira. O órgão tem feito inúmeras recomendações acerca da necessidade de simplificação tributária brasileira, porém, nenhuma medida vem sendo tomada.

Para a organização é necessário consolidar os impostos estaduais e federais em um único tributo sobre o valor agregado, visto que uma ação nesse sentido poderia funcionar de modo a favorecer a vinda de investidores estrangeiros, uma vez que isto colocaria as leis tributárias que operam no Brasil em acordo com os padrões internacionais praticados. Para a OCDE é preciso fortalecer a concorrência, reduzindo as regulamentações vinculadas à entrada de produtos no mercado brasileiro. Ainda segundo a Instituição, o país poderia se beneficiar de maior integração global e regional, embora venha fazendo pouco em direção a essas medidas.

A Instituição vê como prioritária a Reforma da Previdência Social, posto que o sistema previdenciário custa quase 12,0% do PIB nacional – o que é alto, considerando-se que a população brasileira ainda é jovem. Ademais, os gastos com a Previdência têm sido responsáveis pelo declínio no saldo



primário, que tende a se tornar insustentável dado o processo de envelhecimento da população ora em curso.

Nesse caminho, o país se mantém estagnado, tendo submetido ao Congresso um projeto de Lei da Reforma da Previdência que não prosperou devido à falta de base parlamentar do atual governo, além da impopularidade da medida, que é pouco esclarecida para a maior parte dos brasileiros. A OCDE ainda recomenda que os benefícios previdenciários deixem de ser indexados ao salário mínimo para que os recursos possam ser mais bem alocados em programas sociais como o Bolsa Família.

Em contraste às recentes medidas tomadas pelo governo na greve dos caminhoneiros, que paralisou o país em maio desse ano, a OCDE recomendava na direção de se evitar o excesso de subsídios ao setor privado, inclusive no setor de combustíveis, de modo que o preço do petróleo fosse alinhado aos preços internacionalmente praticados. Como se observa no momento presente, tal medida representou um fragoroso retrocesso e demonstra a fragilidade do aparato institucional brasileiro, um aspecto negativo a prejudicar o pleito de adesão à OCDE.

Diante do exposto até aqui, desde os argumentos desenvolvidos no artigo anterior (Parte I), até os

apresentados nesta seção, e tendo em vista a vontade manifesta pelo governo brasileiro, bem como um longo histórico de bom relacionamento técnico e institucional entre o país e a organização, surge a questão: Por que o Brasil ainda não aderiu como membro pleno à OCDE?

A resposta não é simples sob qualquer ótica, mas, certamente, resvala na falta de unanimidade dos vários agentes nacionais para uma completa adesão. Para uns, aparentemente a maioria, há inúmeras vantagens na adesão (ou argumentos favoráveis), enquanto outros, fundamentados em argumentos políticos e ideológicos alegam haver desvantagens (ou argumentos desfavoráveis).

Vamos então confrontar as posições de cada lado deste embate, antes de emitirmos nossa conclusão.

#### 4 Vantagens da Adesão Brasileira à OCDE

Os defensores do ingresso do Brasil na OCDE utilizam-se de inúmeros argumentos para justificar sua posição, começando pela chancela de qualidade que seria conferida ao país, passando pelo aumento dos investimentos externos decorrentes deste fato, mencionando sempre o grande potencial de apoio técnico para formulação de suas políticas públicas, o aumento da governança e a adição de mais ins-

trumentos de combate à corrupção e redução do custo Brasil, entre outros aspectos positivos.

Seguem alguns dos principais argumentos compondo este cenário de adesão à OCDE:

- a) O argumento mais frequente refere-se ao chamado **“Selo de Qualidade”** ao se tornar um membro pleno da OCDE. Ou seja, estar alinhado às melhores práticas indicadas pela organização acabaria por conferir ao país um selo de qualidade reconhecido internacionalmente. Uma adequação do Brasil às normas praticadas no mundo poderia tornar o país mais atrativo para os investidores, tanto internacionais como nacionais.<sup>4</sup> Ademais, a OCDE acaba ditando o conjunto de políticas enquadradas nas “boas práticas”, e a participação da formulação destas recomendações indica que o país vai ter influência na formulação desses padrões, que acabam sendo aplicados em âmbito internacional.
- b) Existe outro argumento associado ao “selo de qualidade” que afirma que a adesão poderia favorecer investimentos internacionais e as exportações, além de aumentar a confiança dos investidores e das empresas e melhorar a imagem do país no exterior. Na posição de emergente, esse cenário poderia possibilitar também a captação de recursos a uma taxa de juros menor.<sup>5</sup>

- c) Há inúmeros adeptos de que a adesão à OCDE significa “entrar no clube das melhores práticas internacionais”, argumentando que isso favoreceria o ambiente de negócios aos investidores, promoveria ajustes em relação à transparência e ajudaria a impulsionar as reformas no país. Isto facilitaria ao país aumentar o nível de diálogo com as economias desenvolvidas.<sup>6</sup>
- d) Na qualidade de membro pleno, o Brasil poderia se beneficiar do apoio da OCDE em relação às reformas domésticas em moldar os debates globais e em promover eficiência. O país poderia ainda se beneficiar mais de avanços já concretizados em áreas como governança corporativa, empresas estatais, política fiscal, movimento de capitais e combate à corrupção.<sup>7</sup>
- e) Muitos defendem que a adesão traria melhorias em políticas públicas em áreas relevantes como medidas restritivas ao comércio, aos investimentos internacionais, combate à corrupção, melhoria na governança geral e corporativa, e responsabilidade social das empresas.
- f) Existem aqueles que argumentam que o ingresso na OCDE obrigaria o Brasil a implementar mudanças legislativas para cumprir regras mais sofisticadas em termos de concorrência, transparência e tributação. Permitiria também ao Governo participar da elaboração de pesquisas sobre políticas públicas no marco da OCDE, ampliar a troca de experiências e divulgar práticas brasileiras bem-sucedidas. Por meio da revisão periódica (o chamado *peer review*), fortaleceria segmentos políticos que possuem propostas e querem modernizar o país.
- g) Ao aderir à OCDE na qualidade de membro pleno, e com os crescentes compromissos com o grupo dos BRICS, além de outros países em desenvolvimento que orbitam em sua esfera de atuação, daria muita transparência e teria um relevante valor de liderança na emergente ordem multipolar do século 21.<sup>8</sup>
- h) Na visão da indústria brasileira, a adesão poderia fortalecer a modernização das instituições do país, colaborando para um ambiente de melhor governança, de alinhamento do sistema regulatório do Brasil com as melhores práticas internacionais e reforçaria a capacidade do país em influenciar na construção de regras globais que afetam o Brasil e suas empresas.<sup>9</sup>
- i) Potencialmente, uma adesão à OCDE poderia ajudar a baixar o custo da dívida pública. A elevação da confiança no país poderia beneficiar o ambiente de negócios e de investimentos, potencializando as oportunidades de crescimento e reduzindo o custo de financiamento da dívida pública. O potencial de ganhos pode ser visto ainda na queda de 0,1 ponto percentual no serviço da dívida pública, no caso de ganho do “selo de qualidade” que a organização carrega. Isto poderia significar uma economia de pelo menos quatro bilhões de dólares a cada ano.<sup>10</sup>
- j) As discussões iniciadas pela OCDE tendem a influenciar decisões de outros órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Logo, uma participação brasileira na OCDE poderia ser bastante relevante, já que as decisões tomadas por essas entidades costumam afetar todo o conjunto de países do mundo.<sup>11</sup>
- k) A adesão apontaria para um caminho de convergência e coordenação econômica ao cenário internacional, conferindo um selo de maior estabilidade para o país. Revelaria ainda avanços em políticas públicas em áreas relevantes como: medidas restritivas ao comércio e investimento internacional, combate à corrupção, governança e responsabilidade social das empresas.

## 5 As Desvantagens de Ingressar na OCDE

Em geral, aqueles contrários ao ingresso brasileiro na OCDE se escoram em argumentos de cunho

ideológico, de perda da soberania nacional, de perda de legitimidade da liderança do Brasil perante os países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, no chamado relacionamento Sul-Sul. Afirmam, ainda, não haver evidência empírica de que, ao garantir o “**Selo de Qualidade**” da entidade, o Brasil elevaria seus níveis de investimento estrangeiro. Para outros, a entrada na OCDE estaria limitada à questão de status perante o mundo e não se converteria em benefícios concretos.

De forma mais detalhada, apresentamos de modo mais discursivo algumas das principais desvantagens e/ou críticas dessa adesão à OCDE:

- a) Muitos críticos qualificam a possível adesão brasileira como uma forma de “entreguismo”, de forma a limitar a autonomia do país no que tange à formulação de suas políticas públicas. Esse tipo de crítica tende a estar relacionado a grupos que defendem uma cultura burocrática, caracterizada pela sobrecarga regulatória, forte presença do Estado na economia, e que freia o avanço do empreendedorismo e inovação.<sup>12</sup>
- b) Outro argumento desfavorável seria o de que a adesão não se limitaria a promover fóruns de discussões e trocas de informações, significando muito mais um instrumento normativo, fixando políticas e práticas variadas em diversos setores do país, exercendo deste modo pressão sobre a autonomia do país.
- c) Há uma corrente argumentando que a organização não passa de um clube seletivo, dominado pelos EUA e UE, com um punhado de subdesenvolvidos fazendo figuração. Nesse sentido, tornar-se membro pleno implica, mais cedo ou mais tarde, implementar, obrigatoriamente, as normas da OCDE, com perda de raio de manobra perante outros países e, principalmente, da soberania nacional em diversos campos e setores econômicos brasileiros.<sup>13</sup>
- d) Outra corrente afirma que a maioria dos países emergentes que lideraram a atração do fluxo de investimentos externos nas décadas recentes – o Brasil entre eles – não fazem parte como membros plenos da OCDE. Isto representaria que a adesão do Brasil não significaria elevação de investimentos, pois isto já tem ocorrido sem fazer parte da organização.
- e) Uma parte dos críticos afirma que a adesão brasileira à Instituição nada mais representaria que uma mudança puramente *ideológica* em nossa política externa. Isto traria situações problemáticas com implicações nas inúmeras alianças já em andamento com países em desenvolvimento. Com a adesão, o Brasil teria de abdicar da pretendida liderança entre países em desenvolvimento e pobres, reunidos no chamado grupo G77 mais a China. A entrada na OCDE representaria o fim da representatividade brasileira entre países pobres e em desenvolvimento.<sup>14</sup>
- f) Nas palavras do ex-chanceler Celso Amorim – na época do governo Lula, “Entrar na OCDE não é uma reivindicação nem uma aspiração do Brasil. Antigamente se dizia que era preciso entrar na OCDE porque seria um selo de qualidade. O Brasil já tem seu selo de qualidade por sua política econômica e social e não precisa mais buscar isso”.<sup>15</sup> Segundo sua opinião, não haveria nenhuma urgência em aderir, e esta discussão deveria ser no âmbito dos BRICS, inclusive para modificar a própria OCDE.<sup>16</sup>
- g) Assim como despontou como um argumento de que o ingresso brasileiro traria ganhos significativos nos serviços da dívida (ver item (i) da seção anterior), há os que ignoram este fato, indo na direção contrária. Afirmam que isto terá um custo adicional no nosso orçamento, uma vez que o Brasil também terá que contribuir financeiramente para a organização, no momento em que o governo corta gastos em saúde e educação. No entanto, o montante deste custo só seria desvendado com a concretização do acordo e seus detalhes.

h) Outro ponto de discordância refere-se ao fato de que a adesão colocaria uma camisa de força no Brasil, em decorrência das dificuldades que o país teria em aprovar medidas e reformas apontadas pela OCDE como primordiais para o crescimento do país. Entre elas se encontram a Reforma da Previdência Social, reformas educacionais, assim como medidas relacionadas ao controle do ingresso de capitais feito pelo país.

## 6 Perspectivas para a Adesão<sup>17</sup>

Há muito tempo o Brasil vem pleiteando se tornar membro pleno da OCDE. Essa demanda se acelerou em 29 de maio de 2017, quando o governo brasileiro enviou carta, assinada pelos Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda solicitando, oficialmente, sua adesão como membro pleno daquela Instituição. Era esperada uma rápida resposta positiva da OCDE, uma vez que o país já possui um sólido entrelaçamento com a Instituição. Contudo, não foi isto que ocorreu, havendo várias explicações para este fato.

O maior obstáculo parece ser a forte oposição do governo norte-americano, comandado pelo presidente Trump, que tem marcada preferência pela Argentina no que tange à entrada no órgão, além de defender que o ingresso na OCDE

se faça de maneira mais seletiva de forma a preservar o equilíbrio regional, entre outros aspectos. Junto com outros países do grupo, os americanos não querem a entrada indiscriminada de novos membros, a ponto da organização vir a perder sua identidade.

Parece haver uma ilusão por parte do Brasil de que sua posição entre as maiores economias do mundo assim como seu relacionamento histórico com a OCDE bastariam para habilitá-lo a entrar no processo de julgamento para adesão como membro pleno. Mas a realidade dos fatos tem demonstrado que não é bem assim.

A visão internacional do Brasil é bastante negativa nos últimos anos. O panorama de estagnação e mesmo de recessão, juntamente com o caótico quadro político, num contexto de total falta de segurança pública e insegurança jurídica, tem custado duras críticas da comunidade internacional, com potencial devastador para a pleiteada adesão.

Os governos caóticos do Partido dos Trabalhadores (PT), com proliferação e institucionalização da corrupção, bem como a crise recessiva que promoveram, culminaram com a perda do grau de investimento, levando enorme desconfiança da capacidade do país em sair dessa situação e menos

ainda de promover reformas estruturais para tal.

Há muito desconforto entre os diplomatas brasileiros e estrangeiros, e também entre altos funcionários e a liderança da OCDE. Nossa capacidade de articulação, na esfera internacional, segue caindo. O Brasil está enfraquecido e/ou alheio aos grandes temas internacionais, subjugado que está nas dificuldades de retomar o crescimento, dopado pelas intrigas palacianas e partidárias. Além disso, diante do nada positivo, ou esperançoso processo eleitoral, inúmeros países da OCDE demonstram sua desconfiança de que possamos cumprir com os pilares que a mantêm: compromissos com valores da democracia e primazia da economia de mercado.

Diante do exposto, existem fortes argumentos na comunidade internacional já pertencentes à OCDE de que a entrada do país, nesse momento, estaria ferindo princípios, declarações oficiais, estatutos, códigos de ética e outros documentos e instrumentos da OCDE. Por esta razão, além de não estar fazendo sua “lição de casa” para aderir, o Brasil também não conta com o apoio necessário de grande parte dos países membros plenos da organização.

Parece que estamos perdendo o “bonde da história” no campo das relações internacionais que

venham a forçar o país a adotar maior austeridade econômica, mais alinhamento com compromissos sociais e ampla lisura no campo da política partidária. Apesar de não desconhecer os vários argumentos desfavoráveis ao ingresso na OCDE, assim como a maior parte dos analistas, estes autores acreditam que as vantagens da adesão superam largamente as desvantagens, e compactuam que:

A aceitação do país a uma das principais organizações de cunho econômico do mundo, proporciona uma imagem de solidez, reconhecimento e prestígio, que se reflete não somente entre as maiores economias do mundo, mas nos agentes financeiros de cada um destes países. Cria-se uma situação de confiabilidade para investimentos, para aprofundamento para as relações comerciais, além de o país ter a oportunidade de adequar suas políticas públicas, sua estruturação econômica interna, a relação com os agentes econômicos internos, estratégias e diretrizes para o desenvolvimento em diversas áreas, entre outras oportunidades.<sup>18</sup>

## Referências

- ANDRADE, R.B. Em favor da adesão do Brasil à OCDE. *Jornal Valor Econômico*. Agência de Notícias CNI, Brasília, 11 set. 2017.
- BELTRÃO, M. *Brasil não deve se tornar membro-pleno da OCDE, dizem especialistas*. Agência Brasil, Brasília, 3 jun. 2015.
- DINIZ, F. Brasil reforça negociações em Paris para entrar na OCDE. Agência Brasil, Brasília, 14 fev. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-02/brasil-reforca-negociacoes-em-paris-para-entrar-na-ocde>>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ESTEVÃO, M. O Brasil na OCDE: o que está em jogo? *Brasil Journal*. Brasília, Ministério da Fazenda, 21 jun. 2017.
- FERNANDES, D. *Os prós e contras de o Brasil entrar na OCDE, o clube dos ricos*. Paris, BBC Brasil, 2 jun. 2017.
- FONTOURA, A. Por que o Brasil quer aderir à OCDE. *Boletim BMJ*, set. 2017.
- FREITAS, A. Tentativa de entrada no clube dos ricos da política internacional vem sendo frustrada. Diante da recusa da organização, cabe a pergunta sobre qual o interesse do país nesta adesão. *Nexo Jornal*, Ensaio, 9 dez. 2017.
- IANDOLI, R. Brasil quer ser membro da OCDE. Qual o significado desta adesão ao grupo. *Nexo Jornal*, 30 maio 2017.
- MACHADO, L.A.; GALVÃO JUNIOR, P. *O Brasil rumo à OCDE em 2021*. SAM- Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas, São Paulo, 31 maio 2018.
- NOGUEIRA BATISTA Jr., Paulo. Bola preta no clube dos ricos. *Newsletter da Carta Capital*. São Paulo, Economia, Opinião, 21 mar. 2018.
- OCDE. *Trabalhando com o Brasil*. Secretaria de Relações Globais, mar. 2018.
- OCDE. *Relatórios Econômicos- Brasil*, Resumo, fev. 2018.
- OLIVEIRA, M.O. *Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): devemos aderir? – uma reflexão sobre o tema*. Minas Gerais Business Guide. Disponível em: <<http://www.minasguide.com/pt/brasil-e-organizacao-para-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-devemos-aderir-2/>>. Acesso em: 06 jun 2018.
- SANTOS, C. Brasil na OCDE: esperanças e controvérsias, *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, FGV-Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 3 maio 2018. Disponível em: <<http://www.cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/brasilna-ocde-esperancas-e-controversias>>.
- STUENKEL, O. Por que o Brasil está certo ao buscar adesão à OCDE. *Tribuna Brasil*, São Paulo, FGV/SP, 9 maio 2017.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Brazil competitiveness and inclusive growth lab report*. Insight Report, march 2018.

- 1 Ver artigo dos autores publicado no Boletim anterior intitulado “O pedido de adesão do Brasil à OCDE: caminhos e perspectivas - Parte I”.
- 2 Consultar OCDE (mar.2018).
- 3 Ver OCDE (fev. 2018) e WORLD ECONOMIC FORUM (march 2018).
- 4 Ver Estevão (2017), Diniz (2018) e Andrade (2017).
- 5 Machado e Galvão Junior (2018).
- 6 Ver Fernandes (2017).
- 7 Ver Fontoura (2017).
- 8 Ver Stuenkel (2017).
- 9 Ver Stuenkel (2017) e Andrade (2017).
- 10 Ver Estevão (2017).
- 11 Consultar Diniz (2018) e Estevão (2017).
- 12 Ver Estevão (2017).
- 13 Ver “Adesão à OCDE não resolve todos os problemas do país, diz especialista”, Notícias ao minuto, Economia, Opinião, 01 de março de 2018. Acesso à Internet em 25 de junho de 2018; e Nogueira Batista Jr. (2018).

- 14 Ver Fernandes (2017) e Beltrão (2015).
- 15 Ver Fernandes (2017).
- 16 Santos (2018).
- 17 Ver, entre outros, Freitas (2017); Machado e Galvão Junior (2018); Santos (2018); Oliveira, M.O. *Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Devemos Aderir? – Uma reflexão sobre o tema*, Minas Gerais Business Guide Disponível em: <<http://www.minasguide.com/pt/brasil-e-organizacao-para-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-devemos-aderir-2/>>; e Iandoli (2017).
- 18 Citação extraída de Oliveira, M.O. *Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Devemos Aderir? – Uma reflexão sobre o tema*, Minas Gerais Business Guide. Disponível em: <<http://www.minasguide.com/pt/brasil-e-organizacao-para-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-devemos-aderir-2/>>.

(\*) Professor Titular da FEA/USP (aposentado) e Pesquisador da FIPE.  
(E-mail: [jpchahad@usp.br](mailto:jpchahad@usp.br)).

(\*\*) Bacharelanda em Ciências Econômicas na FEA/USP e Estagiária de Pesquisas da FIPE.

# O Descompasso Espacial Entre Mão de Obra e Emprego: o Papel do Transporte Público na Região Metropolitana de São Paulo

RODGER ANTUNES (\*)

Recentemente, muitos trabalhos vêm sublinhando a relevância do transporte público intraurbano em relação ao acesso à mão de obra (ZENOU, 2002; 2009), bem-estar (IHLANFELDT; SJOQUIST, 1998; HADDAD; VIEIRA, 2015), salário-hora e horas trabalhadas (WARDMAN, 1998; ABRANTES; WARDMAN, 2011), massa salarial, PIB e produtividade agregada do trabalho (HADDAD; VIEIRA, 2015) e surgimento de novas concentrações de emprego (REIS FILHO, 1994; STEFANI, 2007).

Historicamente, o desenvolvimento do sistema de transporte no Estado de São Paulo esteve intimamente vinculado à economia cafeeira desenvolvida entre os anos 1850-1930. A proximidade da Região Metropolitana de São Paulo do porto de Santos, a construção do modal ferroviário (linhas de trem), estradas (SP 150, SP 160, BR 116, SP 070, BR 381, SP 330, SP 348, SP 280, SP 270 e BR 116) e, a partir dos anos 1970, a criação da Companhia do Metropolitano de São Paulo (metrô) criaram a infraestrutura que facilitou o transporte de bens, a comunicação entre empresários e políticos e o acesso à mão de obra (DINIZ; CAMPOLI-

NA, 2007; REQUENA, 2014). Diniz e Campolina (2007) apontam tais conexões como essenciais tanto para a transformação quanto para a consolidação da região como uma área central no contexto nacional.

A dinâmica do crescimento tanto da população quanto do mercado de trabalho vem demandando intervenções constantes sobre o sistema de transporte, seja por trilhos, seja viário. Segundo Anas, Arnott e Small (1998), a estrutura espacial das cidades modernas depende em grande escala do sistema de transporte e comunicação. A ausência de um sistema de transporte efetivo e acessível representa uma grande barreira para acessar o mercado de trabalho (FAN, 2012) e perdas para o município como um todo (CINTRA, 2014; HADDAD; VIEIRA, 2015; LUCINDA et al., 2015). Por afetar várias dimensões sociais e econômicas, a mobilidade urbana é um tema de política pública a ser avaliado e enfrentado pelo poder público (LUCINDA et al., 2015; DOURADO; MONTINI, 2014). Nesse contexto, medidas como implementação de corredores de ônibus a partir dos fins dos anos 1990, expansão ferroviária e criação de faixas de ônibus associadas com

políticas públicas de fomento à utilização do transporte público nos anos 2000, bem como a implementação do Bilhete Único fazem parte das políticas públicas que visam combater o grande gargalo da produtividade na RMSP: o trânsito. (CINTRA, 2014; HADDAD; VIEIRA, 2015; LUCINDA et al., 2015)

Segundo os dados da Pesquisa de Origem Destino (Metrô, 2007), 51,2% e 55,3% das viagens foram por modo coletivo em 1997 e 2007, respectivamente. Entre todas as viagens, 41% foram por motivo trabalho (em 1997) enquanto em 2007 essa parcela subiu para 44%. A parte complementar agrega motivos como educação, compras, saúde, lazer e outros. Individualmente, nenhum desses motivos de viagem sobrepõe o motivo trabalho.

Em 1997, 8,1% das viagens foram feitas utilizando o metrô e 3,8%, o trem. Em 2007, essas parcelas foram incrementadas em 0,4 e -0,2 pontos percentuais, respectivamente. Os principais modais utilizados na RMSP por motivo trabalho, em proporção das viagens totais, são automóveis (31,8% em 1997 e 29,5% em 2007), ônibus

(29,9% em 1997 e 30,8% em 2007) e a pé (20,6% em 1997 e 20% em 2007). O tempo médio de viagem por motivo trabalho utilizando transporte coletivo saiu de 59 minutos em 1997 para 67 minutos em 2007. Enquanto viagens feitas utilizando automóveis ou a pé apresentaram perdas relativas, os modais sobre trilhos (metrô e trem) e ônibus observaram aumento na participação relativa no total de viagens. As viagens feitas sobre trilhos cresceram em torno de 1,5%, enquanto aquelas utilizando ônibus cresceram 3%.

Considerando o mercado de trabalho da RMSP, a maior RM do país e a quarta do mundo (BOISJOLY; MORENO-MOROY; EL-GENEIDY, 2017; HADDAD; BARUFI, 2017), a taxa de crescimento de trabalhadores ocupados em empregos formais está acima das taxas apresentadas para o Brasil e o Estado de São Paulo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2002 e 2014, a taxa de crescimento do emprego formal na RMSP foi de 80%, enquanto no Brasil e no Estado de São Paulo as taxas observadas foram de 59% e 51%, respectivamente. O mesmo padrão pode ser observado quanto às taxas de crescimento de trabalhadores informal e conta própria (IBGE, 2018).

A partir das estatísticas discutidas acima, é possível notar um descom-

passo espacial (*spatial mismatch*) entre demanda e oferta de mão de obra devido às elevadas distâncias percorridas pelos indivíduos por motivo trabalho. Esse padrão de locomoção deriva da elevada concentração espacial do emprego localizado em áreas centrais dos municípios, especialmente no município de São Paulo, e residências localizadas na periferia (CAMPOS, 2014; HADDAD; BARUFI, 2017; CAMPOS, 2018). Uma parcela expressiva da população que se desloca por motivo trabalho utiliza transporte público,<sup>1</sup> demandando políticas públicas que fomentem uma oferta eficiente (não apenas em termos de quantidade, mas também em termos de tempo gasto no deslocamento pendular) desse modo de transporte.

A questão de *spatial mismatch* foi originalmente formulada por Kain (1968) e aplicada para as cidades americanas. A hipótese principal é que a discriminação racial no mercado imobiliário, associada com a concentração do mercado de trabalho e difícil acesso a essa localidade, implicaria péssima acessibilidade ao emprego e a produtividade dos afrodescendentes. Em muitos níveis, *spatial mismatch* é um problema de mobilidade (GIULIANO, 2005; FAN, 2012). Assim como no caso da RMSP, o padrão espacial de distribuição do emprego é concentrado enquanto a mão de obra está localizada em uma área diferente.

Visando mitigar os custos gerados pela baixa mobilidade, políticas públicas foram estabelecidas. No âmbito nacional, em 2012 foi aprovada a Política Nacional de Mobilidade Urbana. A medida estabelece que municípios com mais de 20.000 habitantes devem produzir um Plano de Mobilidade Urbana conjuntamente com a elaboração do Plano Diretor. Segundo a FGV Projetos (2014), em 2014, cerca de 25% desses municípios haviam elaborado o plano, o que não implica dizer que o tenham aplicado.

Com a utilização de uma abordagem de equilíbrio geral computável (EGC), Haddad e Viera (2005) calculam que o tempo médio de deslocamento dos trabalhadores deveria ser 27% abaixo do verificado. Uma redução dessa monta resultaria em um aumento de 15% da produtividade do trabalhador. Os PIBs da capital do Estado e da RMSP (excluindo São Paulo) seriam elevados em 13% e 18% no longo prazo. Numa simulação com EGC em que o metrô de São Paulo é extraído, Haddad et al. (2015) estimam perdas agregadas da ordem de 1,7% do PIB do município e de 0,6% do PIB. Adicionalmente, os autores apontam que o custo da extração desse modal é concentrado. Os moradores localizados nas periferias da zona leste e sul passariam a usar outros modais de transporte (ônibus, automóveis particulares etc.) e teriam seus deslocamentos pendulares médios acrescidos em 60%. Para essa análise, Haddad et



al. (2015) utilizam dados da Pesquisa OD de 2007, o que significa que as estações inauguradas após 2007 não fazem parte dessa simulação, tais como as estações das linhas verdes, amarela, lilás e prata.

Considerando a RMSP, poucos trabalhos fizeram uma avaliação de impacto das políticas públicas aplicadas nos 39 municípios que compõem a região. Entre esses, até onde se tem conhecimento, o maior esforço está nas políticas públicas voltadas à capital do Estado. Recentemente, a criação de faixas exclusivas de ônibus tem sido explorada nos trabalhos acadêmicos (ARBEX; CUNHA; SETTI, 2016; OLIVEIRA, 2017). Arbex, Cunha e Setti (2016) encontram efeito positivo das faixas de ônibus sobre a velocidade média dos ônibus que trafegam sobre as faixas relativamente aos ônibus que não as utilizam. Em Oliveira (2017), o objetivo da pesquisa está em avaliar a externalidade gerada a partir da criação de faixas exclusivas sobre a velocidade média dos que utilizam as vias paralelas. Os resultados encontrados apontam que a mobilidade do trabalhador, medida em velocidade média, foi reduzida. Moita e Lopes (2016), utilizando uma abordagem logit multinomial e base de dados da Pesquisa OD 2007, estimam que a introdução de corredores de ônibus pouco afeta a escolha dos residentes do município de São Paulo em alterar seu modal de transporte em favor dos ônibus, mas apontam que a existência de estações de

metrô próximo ao usuário provoca migração dos usuários do carro para esse modal bem como para os ônibus.

Portanto, evidências empíricas apontam para o papel relevante do transporte público, tanto no nível da RM quanto no nível espacial do município de São Paulo. A promoção de mobilidade urbana é muito mais do que garantir a possibilidade de deslocamento. Está associada à receita do governo, como demonstrado em Haddad e Vieira (2015), mas também à produtividade do trabalhador.

## Referências

- ABRANTES, P. A. L.; WARDMAN, M. R. Meta-analysis of UK Values of Travel Time: an update. *Transportation Research Part A*, v. 45, p. 1-17, 2011.
- ANAS, A.; ARNOTT, R.; SMALL, K. Urban spatial structure. *Journal of Economic Literature*, v.36, n.3, p.1426-1464, 1998.
- ARBEX, R.; CUNHA, C.; SETTI, J. Comparação de velocidades comerciais antes e depois da implantação de faixas exclusivas para ônibus na cidade de São Paulo através de análise de dados de GPS dos veículos. *Transportes*, v. 24, n. 4, p. 21-31, 2016.
- BOISJOLY, G.; MORENO-MOROY, A. I.; EL-GENEIDY, A. Informality and accessibility to jobs by public transit: evidence from the São Paulo metropolitan region. *Journal of Transport Geography*, v. 64, p. 89-96, 2017.
- CAMPOS, R. B. A. *Dois ensaios sobre economia urbana: mercado imobiliário residencial e corporativo no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada; Faculdade de Economia; Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- CAMPOS, R. B. A. *Subcentralidades e prêmio salarial intraurbano na região metropolitana de São Paulo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Economia; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Universidade de São Paulo, 2018.
- CINTRA, M. Os custos dos congestionamentos na cidade de São Paulo. *Working Paper* 356, 2014. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11576/TD%20356%20-%20Marcos%20Cintra.pdf>>.
- DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Revista Eure*, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.
- DOURADO, R.; MONTINI, A. Modelos de previsão de trânsito: uma contribuição para a gestão pública do tráfego na cidade de São Paulo. *FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão*, v.17, n.3 - p. 305-321, 2014.
- FAN, Y. The planners' war against spatial mismatch lessons learned and ways forward. *Journal of Planning Literature*, v. 27, n. 2, p. 153-169, 2012.
- FGV PROJETOS. Mobilidade urbana em foco. Disponível em: <[http://www.smartcities-fgvprojetos.com.br/FOLDER\\_MOBILIDADE\\_BX.pdf](http://www.smartcities-fgvprojetos.com.br/FOLDER_MOBILIDADE_BX.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- GIULIANO, G. Low income, public transit, and mobility. *Journal of The Transportation Research Board*, v. 1927, p. 63-70, 2005.
- HADDAD, E. A.; BARUFI, A. M. B. From rivers to roads: spatial mismatch and inequality of opportunity in urban labor markets of a megacity. *Habitat International*, v. 68, p. 3-14, 2017.
- HADDAD, E. A. et al. The underground economy: tracking the higher-order economic impacts of the São Paulo subway system. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, v. 73, p. 18-30, 2015.
- HADDAD, E. A.; VIEIRA, R. S. Mobilidade, acessibilidade e produtividade: nota sobre a valoração econômica do tempo de viagem na região metropolitana de

- São Paulo. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, p. 343-365, 2015.
- IHLANFELDT, K. R.; SJOQUIST; D. L. The spatial mismatch hypothesis: a review of recent studies and their implications for welfare reform. *Housing Policy Debate*, v. 9, p. 849-892, 1998.
- KAIN, J. F. Housing segregation, negro employment, and metropolitan decentralization. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 2, p. 175-197, 1968.
- LUCINDA, C. R. et al. The economics of sub-optimal policies for traffic congestion. *Working Paper* 83, 2015. Rede de Economia Aplicada. Disponível em: <<http://reap.org.br/organizacaoindustrial-e-crime/wp-083-the-economics-of-sub-optimal-policies-for-traffic-congestion/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- MOITA, R. M. S.; LOPES, C. E. M. Demanda por meios de transporte na grande São Paulo: uma análise de políticas públicas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 125-149, 2016.
- OLIVEIRA, R. M. *Impactos da adoção de faixas exclusivas de ônibus: uma análise do caso de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Economia; Escola Paulista de Política, Economia e Negócios; Universidade Federal de São Paulo, 2017.
- REIS FILHO, N. G. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- REQUENA, C. A mobilidade paulistana: viária e desigual. In: MARQUES, E. (Ed.), *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Unesp, p. 395-421, 2014.
- STEFANI, C. R. B. *O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais; Universidade de São Paulo, 2007.
- WARDMAN, M. The value of travel time: a review of British evidence. *Journal of Transport Economics and Policy*, v. 32, n. 3, p. 285-316, 1998.
- ZENOU, Y. How do firms redline workers? *Journal of Urban Economics*, v. 52, p. 391-408, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Urban labor economics*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- 1 Soma das parcelas que utilizam metrô, trem e ônibus.
- (\*) *Doutorando em Economia pelo IPE-USP e membro do Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP. (E-mail: rodgerantunes@gmail.com).*

# Diferenças Setoriais no Financiamento da Previdência Social

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (\*)

## 1 Introdução

Um aspecto marcante da Previdência Social brasileira é a prevalência de regras muito diferenciadas tanto do ponto de vista de acesso a benefícios como também no que se refere à contribuição. Não existem apenas aposentadorias especiais e critérios de elegibilidade diferenciados entre trabalhadores urbanos e rurais. Também existem parâmetros de contribuição distintos para diferentes setores de atividade ou mesmo de acordo com o porte da empresa. As regras de contribuição são diferentes para as empresas optantes pelo SIMPLES ou para entidades filantrópicas, bem como entre o setor urbano e rural. Um princípio básico que deveria prevalecer seria a análise rigorosa das diferenças de tratamento, se são justificáveis e seus impactos. No entanto, na prática, a realidade política acabou sendo um fator relevante para criação e manutenção – muitas vezes sem qualquer avaliação – desses tratamentos favorecidos a determinados grupos. Uma consequência importante destas regras diferenciadas é um peso diferente dos distintos setores de atividade econômica no financiamento da previdência

social. Para uma primeira análise inicial dessas questões, de forma sintética e breve, o presente artigo está organizado da seguinte forma: a) na seção 2, é feita uma análise do impacto relativo para cada setor de atividade do financiamento da previdência social. Nessa análise, tenta-se mostrar quais são os setores que acabam sendo mais exigidos e quais os menos exigidos para o pagamento dos benefícios; b) na seção 3 são feitas as considerações finais.

## 2 Impacto Setorial no Financiamento da Previdência Social

Uma possível fonte de dados para realizar a análise proposta neste artigo é justamente as contas nacionais, mais especificamente as tabelas referentes a usos de bens e serviços, que trazem a composição do valor adicionado por setor de atividade econômica, desagregando por salários, contribuições para previdência e FGTS e os demais componentes. Há diferentes desagregações possíveis, mas o presente artigo irá focar na desagregação em 12 e 20 setores de atividade econômica. Também é importante salientar que, embora o presente estudo tenha usado os dados

das Contas Nacionais, certamente existem outras fontes de dados, como registros administrativos, que podem gerar resultados distintos em função das diferentes metodologias utilizadas. De qualquer forma, em que pesem possíveis diferenças decorrentes de distintas metodologias, o uso das Contas Nacionais certamente irá gerar um diagnóstico correto e provavelmente condizente com o que seria obtido com outras fontes de dados.

Uma primeira medida do esforço relativo para cada setor pode ser avaliada pela relação entre o valor arrecadado para Previdência Oficial e FGTS em relação ao valor adicionado para cada um dos setores. Com base neste critério, como pode ser visto nas Tabelas 1 e 2, nota-se que há um menor esforço relativo dos setores agropecuários (2,8%) e atividades imobiliárias (0,3%). O maior esforço relativo, por essa medida, prevalece para setores como indústria de transformação (12,3%), Comércio (10%), Transporte, Armazenagem e Correio (10,5%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (12,6%), com valores acima da média que prevalecia para a economia como um todo (8,8%).

O mesmo diagnóstico pode ser obtido quando se compara a participação do setor no valor adicional total e na arrecadação para previdência social + FGTS. Enquanto o setor agropecuário respondia por 5% do valor adicionado bruto total, sua participação no valor de previdência + FGTS era de apenas 1,6% do total. Por outro lado, enquanto indústria de transformação e comércio tinham participação no valor adicionado de, respectivamente, 12,2% e 13,3%, as respectivas importâncias no total de previdência oficial + FGTS eram de, respectivamente, 17,1% e 15,1%. Tais dados reforçam o fato de que o esforço relativo de setores como a indústria de transformação e comércio no financiamento da previdência social é muito maior que aquele prevalecente para o setor agropecuário, que tem tratamento extremamente favorecido.

Os dados do Resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) também mostram participação muito pequena no setor rural e muito inferior ao peso que o setor tem na despesa total com benefícios. Considerando a arrecadação líquida do RGPS, sem considerar

a compensação da desoneração da folha, em 2017, o setor rural respondeu por apenas 2,6% da receita total, enquanto o setor urbano respondeu por 97,4% do total. Sem considerar as despesas com passivo judicial e compensação entre o RGPS e os regimes de previdência dos servidores públicos, a participação do setor rural nos gastos do RGPS representou 21,6% da despesa total, contra 78,4% do segmento urbano. Enquanto a relação arrecadação líquida / despesa, em 2017, no RGPS, foi de 82,8% no setor urbano, a mesma cai para 7,9% no segmento rural. Sem entrar em considerações a respeito da questão distributiva, é um fato que o setor rural do RGPS é muito mais desequilibrado financeira e atuarialmente que o urbano, em especial, por regras de contribuição e acessos muito favorecidas. Os custos desse desequilíbrio precisam ser comparados com os benefícios sociais associados à previdência rural. Além disso, é necessário haver um debate amplo pela diferença de tratamento entre trabalhadores urbanos e rurais, bem como sobre o problema da fraude no segmento rural.

Com o esperado aumento da despesa por conta do envelhecimento populacional, mantidas as atuais regras, a tendência é que ocorra um crescimento em ritmo insustentável da despesa que irá implicar a necessidade de aumento da carga tributária que, como mostrado, se distribui de forma bastante desigual do ponto de vista setorial. Embora exista a necessidade de reforma da previdência do lado da despesa, para tornar o ritmo de incremento dos gastos sustentável ao longo do tempo, também seria importante debater o lado da receita e a melhor forma de financiar a previdência, considerando, inclusive, a distribuição do peso para a sociedade e os setores de atividade econômica, bem como possíveis impactos sobre a alocação de recursos e a eficiência econômica. Neste contexto, as renúncias previdenciárias, que são expressivas, precisam ser reavaliadas com rigor sob a ótica custo/benefício. Na prática, as renúncias são criadas e mantidas com grande peso de critérios políticos e com pouca ou nenhuma avaliação sobre seus impactos e sobre alocação alternativa de recursos.

Tabela 1 – Relação entre Valor Adicionado Bruto e Valor Previdência Oficial + FGTS – Brasil – Contas Nacionais - 2015

Setor de atividade econômica	Relação Previdência + FGTS/ Valor Adicionado em %	Participação no valor adicionado total em %	Participação no valor previdência social + FGTS em %
Agropecuária	2,8 %	5,0 %	1,6 %
Indústrias extrativas	6,4 %	2,1 %	1,6 %
Indústrias de Transformação	12,3 %	12,2 %	17,1 %
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	5,9 %	2,4 %	1,6 %
Construção	8,0 %	5,7 %	5,2 %
Comércio	10,0 %	13,3 %	15,1 %
Transporte, armazenagem e correio	10,5 %	4,4 %	5,2 %
Informação e comunicação	8,6 %	3,4 %	3,3 %
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,6 %	7,1 %	6,1 %
Atividades imobiliárias	0,3 %	9,7 %	0,3 %
Outras atividades de serviços	9,3 %	17,4 %	18,4 %
Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	12,6 %	17,2 %	24,6 %
Total	8,8 %	100,0 %	100,0 %

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados das Contas Nacionais de 2015.

Entretanto, a maior relação entre previdência oficial + FGTS está relacionada, em algum grau, com uma importância maior dos salários no valor adicionado e tende a ser mais importante para setores mais intensivos em mão de obra e/ou com um grau de formalidade previdenciária mais elevado. Para relativizar esses pontos, torna-se relevante comparar a participação de cada setor de atividade econômica no total de salários na economia e nas contribuições sociais efetivas. Com base neste critério, nota-se que o setor agropecuário tinha uma participação no total de salários (sem as

contribuições) de 2%, que caía para apenas 1,6% no caso da previdência oficial + FGTS. Já os setores de indústria da transformação e comércio tinham uma participação nas contribuições sociais efetivas muito superior à participação no total de salários, sem as referidas contribuições. No caso da indústria de transformação, a participação era de 14,7% nos salários e 17,1% no valor total de previdência oficial + FGTS. Para o Comércio, os referidos percentuais de participação eram de, respectivamente, 12,9% e 15,1%.

Tabela 2 – Participação dos setores de atividade econômica em salários e previdência oficial + FGTS – Brasil – Contas Nacionais - 2015

Setor de atividade econômica	Participação no total de salários (sem contribuições) em %	Participação no valor total de previdência social + FGTS em %
Agropecuária	2,0	1,6
Indústrias extrativas	1,1	1,6
Indústrias de Transformação	14,7	17,1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	1,1	1,6
Construção	4,8	5,2
Comércio	12,9	15,1
Transporte, armazenagem e correio	5,0	5,2
Informação e comunicação	3,0	3,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,2	6,1
Atividades imobiliárias	0,3	0,3
Outras atividades de serviços	21,0	18,4
Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	28,8	24,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados das Contas Nacionais de 2015.

A análise pode ser ampliada para um conjunto mais desagregado de setores de atividade econômica, mas o diagnóstico não se altera muito. Considerando uma desagregação por 20 setores de atividade econômica, conforme mostrado na Tabela 3, ainda prevalece o diagnóstico de um maior esforço relativo, no financia-

mento da previdência oficial + FGTS, de setores como indústria de transformação, comércio, transportes, educação e administração pública. O menor esforço relativo estaria relacionado a agropecuária e atividades imobiliárias.

*Tabela 3 – Relação entre Previdência + FGTS Oficial /Valor Adicionado Bruto e Participação nos Salários e Previdência Oficial + FGTS – Brasil – Contas Nacionais - 2015*

Setor de atividade econômica	Relação Previdência + FGTS/ Valor Adicionado em %	Participação nos salários (sem contribuições) em % do total	Participação no valor previdência social + FGTS em % do total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2,8	2,0	1,6
Indústrias extrativas	6,4	1,1	1,6
Indústrias de transformação	12,3	14,7	17,1
Eletricidade e gás	4,2	0,5	0,8
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	9,7	0,6	0,8
Construção	8,0	4,8	5,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10,0	12,9	15,1
Transporte, armazenagem e correio	10,5	5,0	5,2
Alojamento e alimentação	7,5	2,3	2,0
Informação e comunicação	8,6	3,0	3,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,6	5,2	6,1
Atividades imobiliárias	0,3	0,3	0,3
Atividades científicas, profissionais e técnicas	7,4	3,3	3,3
Atividades administrativas e serviços complementares	12,9	5,2	5,9
Administração pública, defesa e seguridade social	11,6	14,8	13,0
Educação	14,9	12,3	11,0
Saúde humana e serviços sociais	9,6	7,1	5,3
Artes, cultura, esporte e recreação	8,0	0,4	0,3
Outras atividades de serviços	8,7	1,6	1,4
Serviços domésticos	5,2	2,8	0,7
Total	8,8	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados das Contas Nacionais de 2015.

### 3 Considerações Finais

Os debates sobre a necessária e inevitável reforma da previdência deveriam focar não só a necessidade de conter o ritmo explosivo e insustentável de crescimento da despesa previdenciária, mas também a melhor forma de financiar a previdência. Mesmo com reforma, a previdência sempre será uma despesa de grande porte e exige bastante em termos de carga tributária, sendo muito desigual do ponto de vista de setor de atividade econômica. Um aspecto que chama a atenção no Brasil é um grande conjunto de tratamentos diferenciados no âmbito da previdência, tanto do lado da contribuição como de acesso a benefícios, muitas vezes sem uma avaliação muito rigorosa dos custos e benefícios associados a essas diferenças. Também são relevantes as renúncias previdenciárias, que precisam ser avaliadas de forma rigorosa.

O presente estudo buscou mostrar que o esforço relativo em termos

de financiamento da previdência é bastante desigual do ponto de vista de setores de atividade econômica ou mesmo entre trabalhadores urbanos e rurais. O RGPS contém subsídios cruzados que precisam ser avaliados. Do ponto de vista de setor, o presente estudo mostrou um esforço relativo menor da agropecuária no financiamento da previdência, enquanto outros setores, como indústria da transformação e comércio, acabam tendo um peso maior no referido financiamento. Neste contexto, deveria ficar claro que também seria interessante, no bojo dos debates sobre reforma, discutir a distribuição dos custos/financiamento entre setores de atividade econômica, bem como entre trabalhadores urbanos e rurais. Certamente esta distribuição desigual do custo de financiamento tem, além de impactos distributivos, efeitos sobre a alocação de recursos, eficiência econômica e mesmo sobre a competitividade internacional dos distintos segmentos produtivos. Todos esses pontos também deveriam ser debatidos

com profundidade na discussão da inevitável, necessária e urgente reforma da previdência.

*(\*) Mestre em Economia pelo IPE/USP e em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá/Espanha e pela Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS). Doutorando em Economia pela Universidade Autônoma de Madrid. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (assessor especial do Ministro, Diretor do Departamento do RGPS e Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários), Ministério do Trabalho e Emprego (assessor especial do Ministro e Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social, IPEA (Coordenador de Seguridade Social) e OIT. Foi membro do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Ganhador do Prêmio Interamericano de Proteção Social (2º lugar) da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) em 2015 e do Prêmio SOF de Monografia (2º lugar) do Ministério do Planejamento/ESAF em 2016.  
(E-mail: rogerio.costanzi@uol.com.br).*



# A Importância das Habilidades Ocupacionais para Compreender a Dinâmica Salarial<sup>1</sup>

EDIVALDO CONSTANTINO DAS NEVES JÚNIOR (\*)

O capital humano é uma temática cada vez mais presente e em constante ebulição na literatura econômica. Desde o modelo neoclássico de Solow-Swan (1957), diversos autores contribuíram para incorporar o capital do humano na explicação do crescimento econômico, e verificaram que esse é um elemento fundamental na análise. Mas como é possível compreender, em termos substantivos, o significado da expressão capital humano? É possível pensar o capital humano como um conjunto formado por habilidades, educação, aptidões e competências, ou ainda um estoque de conhecimento dos agentes econômicos que são relevantes para a atividade econômica. Do ponto de vista da literatura econômica, a ideia de que o conhecimento humano é um importante elemento na produção de bens e serviços data dos trabalhos de Adam Smith (1776) e Marshall (1890). No entanto, um dos autores pioneiros que explicitamente exploraram a noção de capital humano em suas análises foi Mincer (1974).

A mensagem principal é que compreender o sistema econômico vai muito além do que simplesmente analisar apenas fatores de produ-

ção tradicionais, como máquinas e equipamentos. Grande parte dos estudos da literatura mensura o capital humano via educação, utilizando para isso diversos indicadores, como escolaridade média por região, percentual da população que possui ensino primário, secundário ou superior, ou o número de matrículas por categoria de estudos, entre outros. Muito embora essa literatura reconheça que existem outras dimensões que caracterizam o capital humano individual, muito foco foi dado no estudo na dimensão da educação formal, seja por uma preferência teórica ou pela disponibilidade de dados.

Entretanto, as formas usuais de mensurar capital humano estão sujeitas a limitações, pois revelam características demográficas de uma determinada região, mas não necessariamente como os indivíduos utilizam na produção a educação que possuem. Argumentos levantados por Rodríguez-Pose e Vilalta-Bufí (2005) destacam que o nível educacional de uma região pode ter um impacto limitado no crescimento econômico, caso seja verificado que esse capital esteja sendo subutilizado pelo setor produtivo. A ideia principal é que

as ocupações revelam de forma mais precisa como os indivíduos utilizam no mercado de trabalho a educação formal que possuem, e representa uma *proxy* satisfatória das potencialidades e conhecimentos da força de trabalho local (FONTES, 2014). A proposta do presente estudo é mostrar a importância das ocupações, e em particular do conteúdo de habilidades inerentes a cada posto de trabalho, para discutir as heterogeneidades individuais na perspectiva do capital humano. A ideia básica é que o capital humano possui um componente específico que não é inteiramente captado pelas variáveis usuais, como escolaridade.

O argumento é que educação e habilidades não são equivalentes e que é possível compreender a educação como parte de um processo que determina um conjunto multidimensional de habilidades. Bacolod, Blum e Strange (2010) realizam, dentro do âmbito da Economia Urbana, uma discussão profunda sobre o assunto. Os autores utilizam contribuições da psicologia para analisar o papel da educação e da aglomeração no processo de desenvolvimento das habilidades e fornecem uma visão sistê-

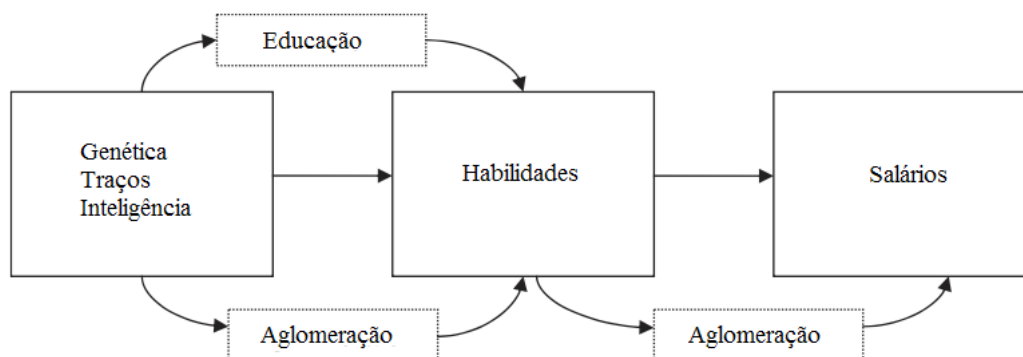
mica de como compreender esse mecanismo. Nessa abordagem, as habilidades podem ser entendidas como resultado das interações entre a inteligência e os traços individuais com as características do ambiente, notadamente a educação e a urbanização. Os traços podem ser interpretados como características estáveis (temperamento, personalidade), que são determinadas primordialmente pelo fator genético e que sinalizam algum padrão particular de comportamento individual.<sup>2</sup> Inteligência, por outro lado, pode ser compreendida em diversas perspectivas, como por

exemplo, a habilidade de aprender, reconhecer conceitos, ou ainda a capacidade de processar as informações.

Na visão dos autores, tanto a educação quanto a aglomeração influenciam no desenvolvimento das habilidades. Enquanto a educação tem sua relevância já amplamente cristalizada, outros autores destacam que a educação formal não é a única forma de promover o desenvolvimento das habilidades. Mecanismos informais presentes nas aglomerações também podem desempenhar esse papel via, por

exemplo, forças de *learning*. Além da importância da urbanização na geração das habilidades, o modelo discutido por Bacolod, Blum e Strange (2010) enfatiza que a aglomeração urbana também influencia os salários, pois está relacionada diretamente com a aplicação das habilidades na produção. Na Figura 1 a seguir é possível visualizar o modelo descrito. Com esse arcabouço, fica evidente que educação e habilidades não são sinônimos e que o uso de novas métricas pode lançar luz sobre diversos fenômenos relacionados com o desenvolvimento econômico.

Figura 1 - Genética, Habilidade e Salários



Fonte: Bacolod, Blum e Strange (2010).

Dessa forma, compreender a importância do capital humano através de uma perspectiva baseada nas habilidades requeridas em cada ocupação no mercado de trabalho possibilita identificar diferenças horizontais entre habilidades que não são capturadas pelo

nível educacional. Por exemplo, consideram-se indivíduos com a mesma habilidade aqueles que se graduaram tanto em Física quanto Biologia ou Sociologia. Entretanto, parece claro que os profissionais que atuam nesses ramos possuem características e habili-

dades distintas, que são perdidas ao se medir a escolaridade como o nível de habilidades. Essa é uma perspectiva de análise fortemente baseada nas atividades que os indivíduos exercem no mercado de trabalho (*job-task*).

Ao analisar essa questão explicitamente do ponto de vista da dinâmica salarial, autores como Autor, Levy e Murnane (2003), Acemoglu e Autor (2011), Firpo, Fortin e Lemieux (2011) defendem que as ocupações fornecem informações claras sobre os padrões de demanda por trabalho no mercado de trabalho. Argumenta-se que questões como mudanças tecnológicas e reorganização do processo produtivo influenciam a demanda por trabalho e, por conseguinte, influenciam os salários (LEVY; MURNANE, 2005).

No que tange a mudanças tecnológicas, o artigo seminal de Autor, Levy e Murnane (2003) inaugurou uma nova perspectiva para analisar essa questão. O argumento principal é que o avanço computacional e das novas tecnologias não reduz apenas a demanda relativa do trabalho menos qualificado, mas também induz a uma substituição das atividades rotineiras, enquanto complementa as ocupações com intensas habilidades analíticas. Essa ideia ficou formalizada pelo nome de *routine-biased technological change* (RBTC). Segundo Firpo, Fortin e Lemieux (2011), essa abordagem coloca as ocupações no plano principal e em posição de destaque na análise dos estudos sobre a estrutura salarial.

A principal pergunta com a qual Autor, Levy e Murnane (2003) se depararam para analisar o argumento do RBTC foi: quais tarefas

podem ser automatizadas, e como? A ideia é que as máquinas podem desempenhar atividades que explicitamente são programadas através de regras codificáveis ou baseadas em uma linguagem de rotina. Por outro lado, as ações requeridas pelas tarefas caracterizadas como perfil cognitivo ou não rotineiro são mais difíceis de serem descritas em termos de regras programáveis (DICARLO et al., 2016).

Levy e Murnane (2005) fornecem alguns exemplos interessantes que elucidam de forma cristalina tal pensamento. Suponha duas situações distintas. Na primeira, uma pessoa tenta falar com algum funcionário de uma determinada empresa e uma máquina o atende. O *software* pergunta com quem deseja se comunicar e, baseado no que é dito, a ligação é automaticamente transferida para a pessoa que se quer contatar. Na outra situação, um médico precisa operar um paciente com aneurisma cerebral utilizando para isso um *stent*, um procedimento bastante delicado. O médico sente a necessidade de um diagnóstico baseado em imagens computadorizadas para que aumente a probabilidade de que a cirurgia ocorra com êxito. Se essa operação ocorresse décadas atrás, a imagem não existiria e o médico teria baixas chances de sucesso na operação.

Levy e Murnane (2005) destacam o fato de que na primeira situação o computador substituiu o fator

humano na atividade, enquanto no segundo caso a tecnologia complementou as habilidades desempenhadas pelo médico. Com o intuito de abordar esse problema, os autores argumentam que todo trabalho humano está associado com algum nível cognitivo de processamento de informação e que os computadores executam regras, envolvendo aritmética ou relações lógicas. Os pesquisadores discorrem que o computador pode substituir o fator humano no processamento de informações e, portanto, na atividade laboral, quando duas condições são atendidas: (i) a informação a ser processada deve ser representada de forma factível em uma linguagem adequada para o computador e (ii) o processamento em si deve ser expresso em termos de regras.<sup>3</sup> Autor, Levy e Murnane (2003) discorrem que os computadores podem realizar de forma eficiente tarefas repetidas que sejam passíveis de serem codificadas em programas que orientam de forma precisa quais ações devem ser executadas em cada situação específica.

Retomando os exemplos anteriores, nota-se que essa habilidade de articular regras explica o caso do *software* que reconhece o nome do funcionário com qual se deseja falar. Quando alguém liga para a empresa e fala o nome do funcionário, o programa utiliza regras indutivas para filtrar e reconhecer padrões, com o objetivo de construir uma representação digital

do nome e em seguida realizar um mapeamento com a lista de funcionários da empresa. O *software* de reconhecimento de voz pode, então, substituir o trabalho de um operador de central telefônica. Por outro lado, as nuances que permeiam o exemplo da cirurgia médica do aneurisma cerebral são completamente diferentes. Nesse caso, a tecnologia computacional é complementar, em vez de substituir a habilidade do médico em realizar a operação.

Com isso, é possível perceber que a capacidade de os computadores substituírem tarefas cognitivas é limitada. Levy e Murnane (2005) ressaltam dois desses limites. O primeiro é o fato de que em muitos casos a informação que deve ser processada é difícil de ser codificada em uma linguagem que o computador possa analisar. Por exemplo, suponha que um médico inicia o processo de diagnóstico de um paciente. Ao mesmo tempo em que ouve com atenção as informações sobre o estado de saúde, o profissional estuda o histórico médico e ainda analisa a linguagem corporal do paciente. É bastante problemático representar essas informações, que são relevantes, em uma forma que o computador compreenda.

O outro limite que os autores discutem é a inabilidade de articular regras. No exemplo da cirurgia de aneurisma cerebral, processar mentalmente as imagens do sistema vascular do paciente e

traduzir as conclusões relevantes em termos de movimentos do *stent* na artéria dentro do cérebro do paciente é um procedimento muito complexo para ser descrito em termos de regras. No entanto, a tecnologia pode auxiliar na geração de imagens relevantes, que indicarão onde se localiza o aneurisma cerebral, complementando as atividades desempenhadas pelo médico cirurgião. Assim, atividades que exigem criatividade, flexibilidade, solução de novos problemas ou funções complexas de comunicação são dificilmente substituídas pelo avanço tecnológico, uma vez que são fundamentadas em atributos baseados no conhecimento tácito e, por isso, os computadores são substitutos falhos.

Dentro dessa análise, é possível perceber a relevância cada vez maior das habilidades sociais. Essas habilidades “*soft*” podem ser descritas como habilidades intangíveis e estão intimamente relacionadas com as atitudes individuais, como por exemplo, comunicação, cooperação ou liderança (BALCAR, 2014). Recentemente, Edin et al. (2017) mostraram que é cada vez mais complexo para o avanço tecnológico substituir os empregos intensivos em habilidades sociais e interpessoais.

Por outro lado, Bresnahan, Brynjolfsson e Hitt (2002) discorrem que o processo tecnológico envolve outros elementos. As firmas precisaram reinventar a sua forma

de organização no ambiente de trabalho e, como consequência, as habilidades requeridas também se alteraram. Essa nova forma de organização valoriza a coordenação, a comunicação lateral na empresa, decisões descentralizadas e a autonomia dos indivíduos. Segundo os autores, a tecnologia influencia a forma de organização das empresas, impactando a demanda por habilidades. Assim, esses estudos mostram que o avanço tecnológico também está associado com outra dimensão no mundo do trabalho: as mudanças organizacionais das empresas.

Mais recentemente, diversos autores ressaltam não apenas a importância das habilidades sociais no mercado de trabalho, mas também a crescente relação de complementaridade entre as tarefas cognitivas e sociais (DEMING, 2017; WEINBERGER, 2014). Outro importante fenômeno relacionado com a discussão é a relocação produtiva, tanto em escala internacional quanto inter-regional. A ideia é que o avanço das tecnologias de transporte e comunicação tornou possível a separação de algumas tarefas no espaço. Isso porque em um contexto de redução nos custos de transportes e aumento da capacidade de comunicação, é possível para as firmas se dividirem geograficamente no espaço com o intuito de usufruir das vantagens associadas com a disparidade de custos e a disponibilidade dos fatores de produção específicos

em cada região. O setor produtivo aproveita as oportunidades proporcionadas pelo avanço tecnológico se realocando em outras áreas para explorar as vantagens locais, sem abdicar dos ganhos de especialização.

Dentro dessa lógica, é válido salientar que existem tarefas mais fáceis de serem alocadas para uma região do que outras. As ocupações intensivas em habilidades baseadas em regras codificáveis e menos em conhecimento tácito são aquelas passíveis de serem transferidas para outras localidades, uma vez que mais fácil será, por exemplo, monitorar à distância. A proximidade física torna-se menos importante, uma vez que a comunicação à distância passa a ser realizada de forma efetiva. De acordo com Gale, Wojan e Olmsted (2002), as tecnologias de comunicação facilitam o envio e o recebimento de informações entre os diferentes setores dentro de uma firma.

A divisão de tarefas no espaço está relacionada com o *trade-off* entre os custos de coordenação e de produção (KOK; WEEL, 2014). A concentração da produção em uma localidade reduz os custos de transporte, comunicação e coordenação e, além disso, possibilita usufruir dos benefícios aglomerativos. A produção das firmas envolve outros fatores relevantes, como o contato *face-to-face* que, por sua vez, é essencial para facilitar o processo de *learning* e potenciali-

zar os ganhos vinculados com as externalidades de capital humano. Por outro lado, a localização em diferentes regiões possui vantagens do ponto de vista do custo de produção, uma vez que cada tarefa pode ser desempenhada pelo trabalhador mais eficiente possível, em uma localidade ótima.

A questão da relocação produtiva mais uma vez reforça a ideia de que a estrutura das habilidades ocupacionais, em adição a outras, como setorial e a de firmas, é um importante mecanismo de determinação dos rendimentos e diferenciação dos trabalhadores (FONTES, 2014). Mesmo em um cenário em que existe uma importância cada vez maior para as ocupações de perfil cognitivo e social e redução das rotineiras, pouca atenção tem sido dada para a abordagem *job-task* no âmbito da Economia Urbana, e menos ainda dentro de um contexto de país em desenvolvimento como o Brasil.

## Referências

ACEMOGLU, D.; AUTOR, D. Skills, tasks and technologies: implications for employment and earnings. *Handbook of labor economics*, v. 4, p. 1043-1171, 2011.

AUTOR, D. H.; LEVY, F.; MURNANE, R. J. The skill content of recent technological change: an empirical exploration. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 4, p. 1279-1333, 2003.

BACOLOD, M.; BLUM, B.; STRANGE, W. Skills in the city. *Journal of Urban Economics*, 65, p.136-153, 2010.

BALCAR, J. Soft skills and their wage returns: overview of empirical literature. *Review of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, p. 3-15, 2014.

BRESNAHAN, T. F.; BRYNJOLFSSON, E.; HITT, L. M. Information technology, workplace organization, and the demand for skilled labor: firm-level evidence. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 1, p. 339-376, 2002.

DEMING, D. J. The growing importance of social skills in the labor market. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 132, n. 4, p. 1593-1640, 2017.

DICARLO, E. et al. The skill content of occupations across low and middle income countries: evidence from harmonized data. *IZA Discussion Paper* n. 10224, 2016. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2846315](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2846315)> Acesso em: 03 jul. 2018.

EDIN, P. et al. The rising return to non-cognitive skill. *IZA Discussion Paper* n. 10914, 2017. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3029784](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3029784)> Acesso em: 04 jul. 2018.

FIRPO, S.; FORTIN, N. M.; LEMIEUX, T. Occupational tasks and changes in the wage structure. *IZA Discussion Paper* n. 5542, 2011. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1778886](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1778886)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FONTES, G. G. *Hierarquia urbana, estrutura ocupacional e o prêmio salarial à qualificação: decomposição dos determinantes das desigualdades interurbanas de rendimento no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

GALE JR, H. F.; WOJAN, T. R.; OLMSTED, J. C. Skills, flexible manufacturing technology, and work organization. *Industrial Relations: A Journal of Economy and Society*, v. 41, n. 1, p. 48-79, 2002.

KOK, S.; WEEL, B. T. Cities, tasks, and skills. *Journal of Regional Science*, v. 54, n. 5, p. 856-892, 2014.

LEVY, F.; MURNANE, R. J. *The new division of labor: how computers are creating the next job market*. Princeton University Press, 2005.

MINCER, J. Schooling, experience, and earnings. *Human Behavior & Social Institutions* No. 2. 1974. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=ED103621>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; VILALTA-BUFÍ, M. Education, migration, and job satisfaction: the regional returns of human capital in the EU. *Journal of Economic Geography*, v. 5, n. 5, p. 545-566, 2005.

WEINBERGER, C. J. The increasing complementarity between cognitive and social skills. *Review of Economics and Statistics*, v. 96, n. 4, p. 849-861, 2014.

*toten* fornecendo, para isso, o seu número ID. Uma regra dedutiva poderia ser: esse número ID corresponde ao número que consta na base de dados da companhia aérea? Sim/Não) enquanto aquelas baseadas em regras indutivas são analisadas em termos de reconhecimento de padrões (ex. softwares que estimam modelos de compras em cartão de crédito, com o objetivo de sinalizar/detectar alguma possibilidade de fraude).

---

1 Adaptação de parte da tese de doutorado.

2 A Psicologia discute sobre várias características individuais que podem ser identificadas como traços de personalidade. Dentre os principais modelos, destaca-se o *Big Five*, formado pelo *openness (O)*, *conscientiousness (C)*, *extroversion (E)*, *agreeableness (A)*, *neuroticism (N)*.

3 Essas regras podem ser caracterizadas como dedutivas ou indutivas. As informações processadas através de regras dedutivas são geralmente descritas em termos de funções lógicas (ex. suponha que um passageiro de uma companhia aérea deseje realizar *check-in* em um

(\*) *Doutorando em Economia – FEA/USP.*  
(E-mail: [edivaldoconstantino@gmail.com](mailto:edivaldoconstantino@gmail.com)).

## Internacionalização da P&D automobilística

MICHAEL TULIO RAMOS DE FRANÇA (\*)

Nos textos das edições anteriores do Boletim de Informações FIPE, discutimos questões relacionadas à organização das atividades de pesquisa e desenvolvimento da indústria automobilística.<sup>1</sup> Neste texto, o objetivo é descrever de forma resumida a internacionalização da P&D automobilística ocorrida no período

compreendido entre 1990 e 2010.<sup>2</sup> Com este intuito, vale ressaltar que usar somente o termo *offshoring* pode gerar certa ambiguidade pois os dois fenômenos, ou seja, o da subcontratação (*outsourcing*) e o da realização de P&D no exterior, podem aparecer combinados (QUEIROZ, 2005; NAS, 2008) (ver Quadro 1).

Quadro 1 – *Offshoring e Outsourcing: Algumas Definições*

Localização da P&D	Internalizada	Externalizada (“outsourcing”)
País de Origem	P&D realizada internamente à empresa no país de origem	P&D subcontratada de outra empresa no país de origem
País hospedeiro (“offshoring”)	P&D realizada pela filial de uma mesma multinacional em outro país (chamado <i>captive offshoring</i> )	P&D subcontratada de uma terceira empresa no exterior: - a uma empresa local - a uma filial de outra multinacional

Fonte: Adaptado de Unctad (2005a) e de Queiroz (2005).

O debate sobre a globalização das atividades inovativas gira em torno da P&D realizada pela filial de uma mesma multinacional em outro país. No entanto, subcontratar P&D de alguma empresa no exterior – combinação de *offshoring* com *outsourcing* – é muito frequente, e os efeitos de ambas as situações para o país hospedeiro são muito similares (QUEIROZ, 2005).

As atividades de P&D são de extrema importância no âmbito da indústria automobilística. Os próprios números dos gastos, da intensidade, do pessoal em-

pregado, dentre outros, evidenciam tal fato. Quanto ao pessoal empregado, Miller (1994) estimou que, do total dos trabalhadores de uma empresa automobilística com capacidade para produzir 1.500.000 unidades, cerca de 6% estariam envolvidos em atividades de P,D&E, enquanto 7% atuariam no planejamento do produto e 87% na produção. Este mesmo autor apresenta uma tabela que informa a distribuição média do pessoal ocupado em P,D&E nas 20 empresas automobilísticas que foram estudadas por ele na primeira metade dos anos 1990 (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição Média do Pessoal de P&amp;D na Indústria Automobilística Mundial

Categoria	Número médio do quadro de funcionários	Porcentagem dos componentes no total	Porcentagem na matriz
Pesquisa genérica	1.885	4,5	83
Engenharia avançada	321	7,8	89
Iniciação do conceito e definição dos atributos	336	8,1	91
Engenharia e projeto do carro	2.225	53,9	68
Produção <i>readiness</i>	615	14,9	72
Engenharia de suporte e de supervisão/ Inspeção	122	3,9	73
<i>Styling</i>	326	7,9	85
Total	4.130	100	74,4
Número médio do quadro de funcionários no exterior	1.060		

Fonte: Miller (1994).

De acordo com Calabrese (2001), os principais fatores apontados na literatura como importantes para a centralização da P&D são: (i) economias de escala; (ii) fluxos de informações; (iii) o risco de tornar-se menos inovativo; (iv) ligações com fornecedores; e (v) controle estratégico das atividades intangíveis. Quanto aos fatores referentes à descentralização, este autor destacou: (i) transferência de *know-how* de engenharia; (ii) adaptação de demandas específicas do mercado estrangeiro; (iii) pressões e os incentivos dos governos locais; e (iv) acessar áreas de excelência tecnológica.

Enquanto isso, na ampla pesquisa de Miller (1994) encontramos uma descrição de forças mais específicas agindo sobre a localização das atividades de P&D. Segundo este autor, as principais forças impulsionando o processo de centralização da P,D&E na indústria automobilística naquele período seriam, em ordem de importância, as seguintes:

- 1) Proximidade exigida para a interação dos executivos no processo de definição e de iniciação do produto;
- 2) Interação entre os administradores exigida para ligar o desenvolvimento de produto e a estratégia da corporação;

- 3) Pressões para a redução dos custos de desenvolvimento de produto;
- 4) Proximidade entre as instalações de P&D e os fornecedores experientes de primeiro nível;
- 5) Proximidade entre os administradores dos programas e as instalações de pesquisa e de engenharia avançada;
- 6) Projetos de automóveis para mercados globais e segmentos de mercados;
- 7) Coordenação de adaptações para os mercados regionais;
- 8) Coordenação centralizada para reduzir o número de *under-bodies*.

Segundo a mesma pesquisa, as principais forças atuando sobre a dispersão das atividades de P&D no setor automobilístico seriam as seguintes (também em ordem de importância):



- 1) Necessidade do estabelecimento de postos de vigilância de engenharia para monitorar o avanço dos competidores;
- 2) Acompanhamento das tendências de estilo e de design, com postos de observação na Itália, Califórnia etc;
- 3) Necessidade da expansão das atividades de P&D nos mercados estrangeiros de maior crescimento das vendas;
- 4) Pressões dos governos hospedeiros no sentido do estabelecimento de instalações de P&D em seus países;
- 5) Estabelecimento de atividades de suporte de engenharia junto às plantas de montagem instaladas no exterior;
- 6) Estabelecimento de *joint ventures* e alianças para a transferência de tecnologia para o exterior;
- 7) Importância da presença de atividades locais de P&D para a penetração regional;
- 8) O crescimento das vendas externas pode eventualmente exigir o estabelecimento de instalações autônomas de P&D para o desenvolvimento de novos modelos.

Em um estudo realizado pela *National Academy of Sciences* (2008), procurou-se avaliar qual é a intensidade dos principais fatores que determinam a alocação dos engenheiros de produto e de produção no âmbito da indústria automobilística (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Intensidade dos Fatores Que Influenciam a Localização das Atividades de Engenharia

Fator	Influência sobre a localização da Engenharia de Produção	Influência sobre a localização da Engenharia de Produto
Cliente	Alta	Média
Custo	Média	Média
Habilidade	Baixa	Alta
Governo	Alta	Baixa

Fonte: Moavenzadeh (2008).

**O fator cliente:** é determinante para atrair instalações produtivas e, concomitantemente, os engenheiros de produção, de produto e os fornecedores. Os mercados automobilísticos americano, japonês e da Europa Ocidental já se encontravam parcialmente saturados na década de 1990 e as vendas totais de veículos leves cresceram fundamentalmente nos países em desen-

volvimento nos anos 2000<sup>3</sup> – em particular na China, Índia, Brasil e Rússia – estes últimos ampliaram de forma gradual as suas respectivas participações de mercado (ver Tabelas 2 e 3). Por conseguinte, as montadoras ampliaram progressivamente seus investimentos nestes países, incluindo a ampliação das atividades de P&D (CARVALHO; PINHO, 2009; NAS, 2008).

Tabela 2 – Consumo Aparente de Autoveículos, Países e Regiões Selecionadas

Variável	Anos	Carros de Passeio			Veículos Comerciais			Total		
		União	EUA e	Japão	União	EUA e	Japão	União	EUA e	Japão
		Europeia	Canadá		Europeia	Canadá		Europeia	Canadá	
Consumo Aparente (1.000 unids.)	1970	7.627	8.892	2.472	n.d.	1.717	1.749	n.d.	10.609	4.221
	1980	8.993	9.802	3.137	1.339	2.149	1.986	10.332	11.951	5.123
	1990	12.488	9.891	5.457	1.677	4.920	2.191	14.165	14.811	7.648
	2000	14.693	8.187	4.831	2.321	9.245	1.131	17.014	17.432	5.962
	2007	15.904	6.511	4.368	2.653	9.331	916	18.557	15.842	5.284
Participação no Total Mundial (%)	1980	30,3	33,0	10,6	13,8	22,2	20,5	26,2	30,3	13,0
	1990	34,9	27,6	15,2	13,5	39,7	17,7	29,4	30,7	15,9
	2000	35,6	19,8	11,7	13,7	54,4	6,7	29,2	29,9	10,2
	2007	30,0	12,3	8,2	13,3	46,6	4,6	25,4	21,7	7,2
Taxa Média Anual de Crescimento (%)	1970-80	1,7	1,0	2,4	n.d.	2,3	1,3	n.d.	1,2	2,0
	1980-90	3,3	0,1	5,7	2,3	8,6	1,0	3,2	2,2	4,1
	1990-00	1,6	-1,9	-1,2	3,3	6,5	-6,4	1,8	1,6	-2,5
	2000-07	1,1	-3,2	-1,4	1,9	0,1	-3,0	1,2	-1,4	-1,7

Fonte: Carvalho e Pinho (2009).

Tabela 3 – Produção de Veículos Leves (Automóveis e Comerciais Leves) – Contribuição ao Crescimento dos Principais Países e Regiões

Regiões / Países	2000		2007		$\Delta\%$ Anual	Contrib. % à Variação
	Unidades	Part. %	Unidades	Part. %		
União Europeia (UE 15)	16.648.308	29,6	16.001.020	23,1	-0,6	-5,0
Alemanha	5.334.159	9,5	5.960.733	8,6	1,6	4,8
Espanha	3.008.781	5,4	2.795.364	4,0	-1,0	-1,6
França	3.289.776	5,9	2.944.123	4,3	-1,6	-2,7
Itália	1.692.534	3,0	1.231.749	1,8	-4,4	-3,5
Reino Unido	1.796.892	3,2	1.730.462	2,5	-0,5	-0,5
Suécia	259.959	0,5	316.850	0,5	2,9	0,4
Europa do Leste e Central	2.614.860	4,7	4.868.944	7,0	9,3	17,3
Rússia	1.144.960	2,0	1.530.584	2,2	4,2	3,0
Ásia e Oceania	17.080.168	30,4	28.314.977	40,9	7,5	86,2
China	2.030.116	3,6	7.761.826	11,2	21,1	44,0
Índia	704.869	1,3	1.957.678	2,8	15,7	9,6
Japão	9.487.132	16,9	10.865.910	15,7	2,0	10,6
Coreia do Sul	3.066.141	5,5	4.043.533	5,8	4,0	7,5
NAFTA	17.149.517	30,5	15.021.044	21,7	-1,9	-16,3
Estados Unidos	12.389.186	22,1	10.473.193	15,1	-2,4	-14,7
Canadá	2.915.349	5,2	2.542.150	3,7	-1,9	-2,9
México	1.844.982	3,3	2.005.701	2,9	1,2	1,2
América do Sul	1.968.971	3,5	3.431.889	5,0	8,3	11,2
Brasil	1.578.216	2,8	2.794.597	4,0	8,5	9,3
Argentina	325.037	0,6	539.014	0,8	7,5	1,6
Outras Regiões	703.675	1,3	1.554.846	2,2	12,0	6,5
Total Mundial	56.165.499	100,0	69.192.720	100,0	3,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de OICA (2008).

**O fator custo:** o custo é um fator que sempre é levado em consideração no momento de decidir a alocação dos engenheiros de produção (localização das instalações produtivas) e dos engenheiros de produtos (localização da P&D).<sup>4</sup> No entanto, vale salientar que os custos do trabalho de engenharia não são um determinante primário pois, em primeiro lugar, deve-se levar em consideração a sua qualidade e produtividade. Além disso, várias características locais podem elevar o custo final do trabalho, como por exemplo: (i) o custo do treinamento dos trabalhadores; (ii) o custo de integração na cadeia de fornecimento local; (iii) a infraestrutura; (iv) o custo dos ‘costumes’; (v) o custo de manutenção dos trabalhadores; e (vi) dentre outros (NAS, 2008).

**O fator habilidade:** a habilidade dos trabalhadores é menos importante – que o custo, a política governamental e os clientes – para a alocação da produção num determinado lugar. É, porém, um fator crucial para determinar a localização da engenharia de produto. Para a empresa transferir funções da engenharia de produto para um determinado lugar, este deve possuir engenheiros qualificados.<sup>5</sup> No entanto, a indústria automobilística pode externalizar, em tese, a engenharia do produto de diversas maneiras, ou seja, externalizar todo o programa de engenharia de um veículo ou partes dele. Geralmente, as empresas internalizam

as tarefas com maior valor adicionado (NAS, 2008).

Uma parcela significativa do gasto total em P&D na indústria automobilística era realizada no exterior nos anos 2000. Em 2005, cerca de 31% do gasto total de P&D neste setor era realizado no exterior,<sup>6</sup> enquanto a parcela dos trabalhadores envolvidos nesta atividade alocada fora do país de origem era de 23%, o que parece evidenciar a importância do motivo de *market-seeking* para a internacionalização da P&D nesta indústria (UNCTAD, 2005b).

## Referências

- CALABRESE, G. *R&D globalization in the car industry*. CoCKEAS, 2001.
- CARVALHO, E.; PINHO, S. *Perspectivas do investimento no Brasil: indústria automobilística*. Projeto UFRJ – UNICAMP – BNDES, 2009.
- FRANÇA, M. Localização das atividades de pesquisa e desenvolvimento. *Informações Fipe*, n.453, p. 26-30, jun. 2018a.
- \_\_\_\_\_. Indústria automobilística: globalização produtiva e atividades de P&D. *Informações Fipe*, n. 454, p. 33-38, jul. 2018b.
- \_\_\_\_\_. *Mudança tecnológica e a descentralização da P&D no segmento das montadoras de automóveis*. Monografia. Araraquara-SP. UNESP, 2010. [www.repositorio.unesp.br](http://www.repositorio.unesp.br)
- MILLER, R. Global R&D networks and large-scale innovations: the case of the automobile industry. *Research Policy*. North-Holland, v. 23, p. 27-46, 1994.
- MOAVENZADEH, J. The changing nature of engineering in the automotive industry. In: *The offshoring of engineering: facts, unknowns, and potential implications*, p. 69-102, 2008.
- NAS - NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. *The changing nature of engineering in the automotive industry*, 2008.
- OICA. Disponível em: <<http://www.oica.net>>. Acesso em: 2008.
- QUEIROZ, S. Globalização da P&D: oportunidades para o Brasil. *Parcerias Estratégicas*, n. 20, 2005.
- UNCTAD. *World investment report: transnational corporations and the internationalization of R&D*. New York and Geneva: United Nations, Unctad (Internet edition), 2005a.
- \_\_\_\_\_. *UNCTAD survey on the internationalization of R&D – Current patterns and prospects on the internationalization of R&D*, 2005b.
- VALOR ECONÔMICO. *Montadoras definem táticas para seduzir novos engenheiros*. 03/09/2009.

1 Ver França (2018 a e b).

2 Texto adaptado da monografia de graduação de França (2010): “Mudança tecnológica e a descentralização da P&D no segmento das montadoras de automóveis”. Bolsa nº 2009/50306-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). *As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP*.

3 “A GM agora emprega mais que 20.000 pessoas nas instalações de montagem e produção na China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Tailândia e Austrália. A Ford tem aberto plantas nos últimos 10 anos em St. Petersburgo, Rússia, Xangai, Índia e Chongqing, China”. (NAS, 2008, p. 89)

4 Este autor faz uma simplificação, ou seja, relaciona apenas os engenheiros de produto às atividades de P&D e não considera que os engenheiros de produção também possam estar envolvidos na realização de desenvolvimento tecnológico. Entretanto, esta

simplificação (que parece aceitável para certos propósitos) deve ser relativizada uma vez que, como se sabe, engenheiros de produto podem não se envolver diretamente com atividades de P&D, assim como engenheiros de produção também podem contribuir para tais atividades das empresas automobilísticas.

- 5 “Dados da Ford indicam que o Brasil tem hoje seis engenheiros para cada mil profissionais economicamente ativos. Nos Estados Unidos há 75 para os mesmos mil. No Japão são 90 e na China, 25. Mas o que mais preocupa o setor é o ritmo de formação. O Brasil forma 30 mil engenheiros por ano. Na Rússia são 100 mil; na Índia, 200 mil; e na China, 300 mil”. (VALOR ECONÔMICO, 03/09/2009)
- 6 Em 2005, a indústria automobilística foi a quarta mais internacionalizada em termos dos gastos em P&D, ficando atrás das indústrias química, farmacêutica e eletrônica, respectivamente.

*(\*) Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Teoria Econômica na Universidade de São Paulo (USP). (E-mail: michaeltulioramos@usp.br).*

# Relatório de Indicadores Financeiros<sup>1</sup>

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – NEFIN-FEA-USP (\*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada

em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <[http://nefin.com.br/risk\\_factors.html](http://nefin.com.br/risk_factors.html)>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short) (02/01/2012 - 17/08/2018)

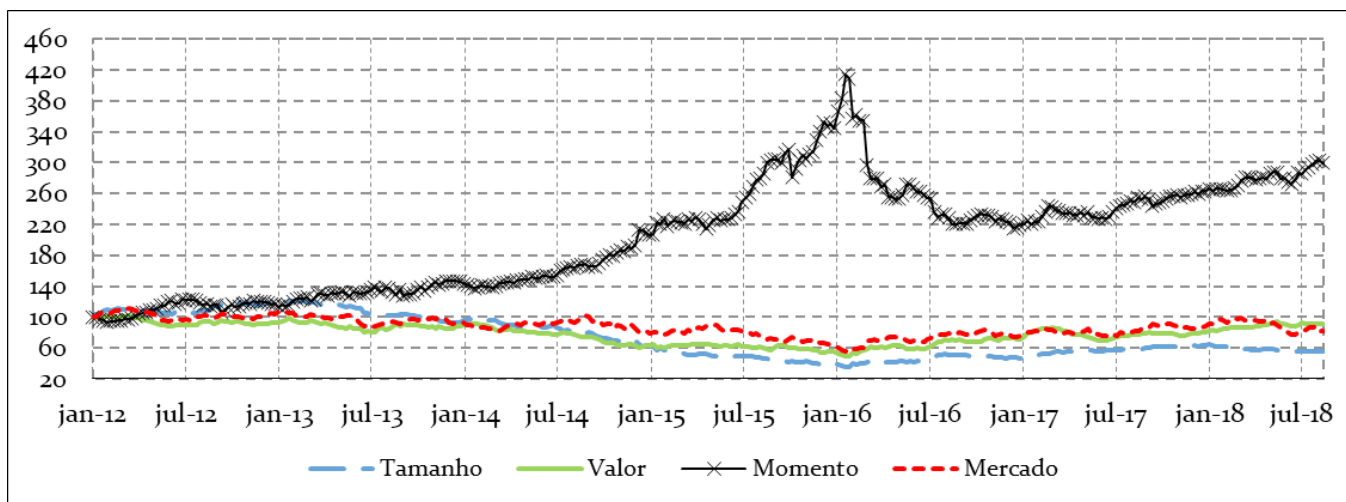


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	-0,42%	-0,13%	-1,08%	-0,08%
Mês atual	1,35%	-0,01%	-0,99%	-3,02%
Ano atual	-11,31%	13,63%	13,90%	-6,72%
2010-2018	-45,56%	-19,62%	407,07%	-33,97%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 17/08/2018)

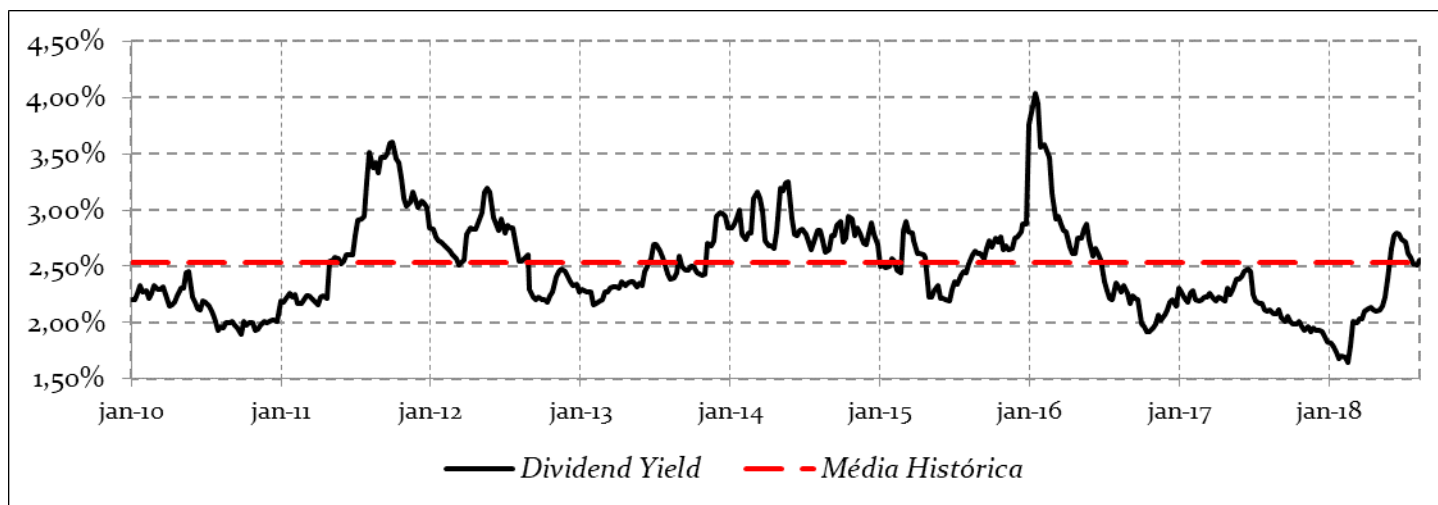


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	EQTL3	536,11	EZTC3	6,33
2.	CESP6	437,91	QGEP3	7,92
3.	LINX3	412,17	TRPL4	11,68
4.	PETR4	385,53	CSMG3	11,80
5.	MGLU3	351,61	ECOR3	12,63
6.	LAME4	222,92	ITSA4	14,75
7.	BBDC4	205,91	BRSR6	15,39
8.	TOTS3	198,58	CCRO3	15,77
9.	JBSS3	190,49	HGTX3	15,87
10.	USIM5	169,31	CMIG4	16,07

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da

empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 17/08/2018)

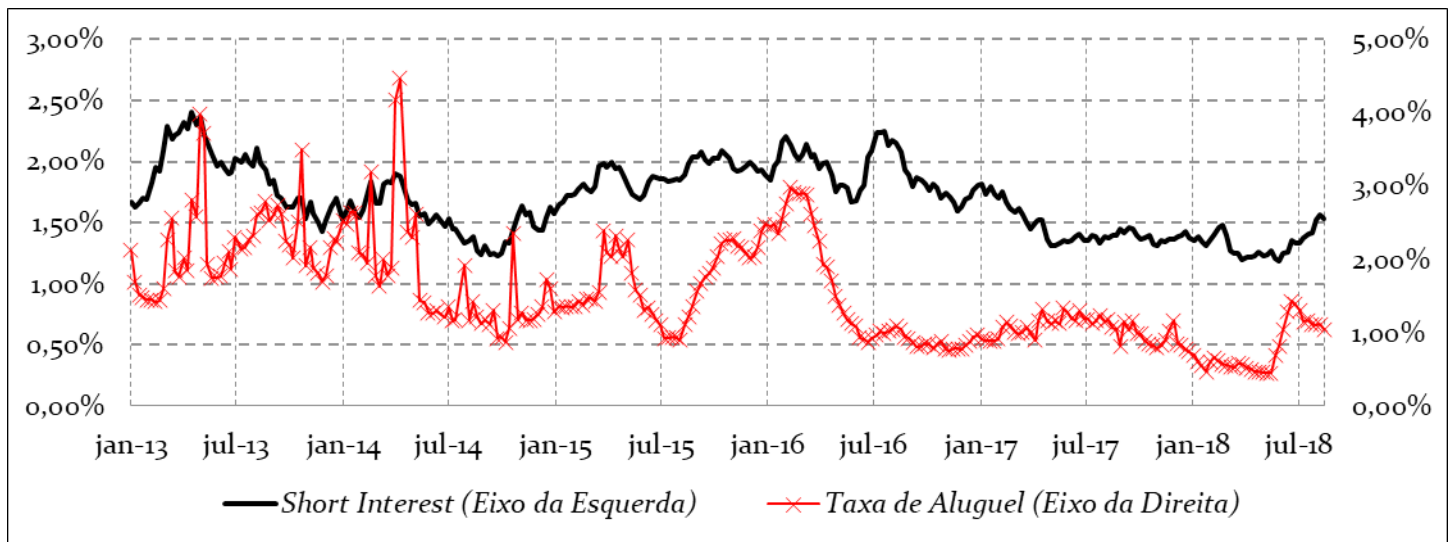


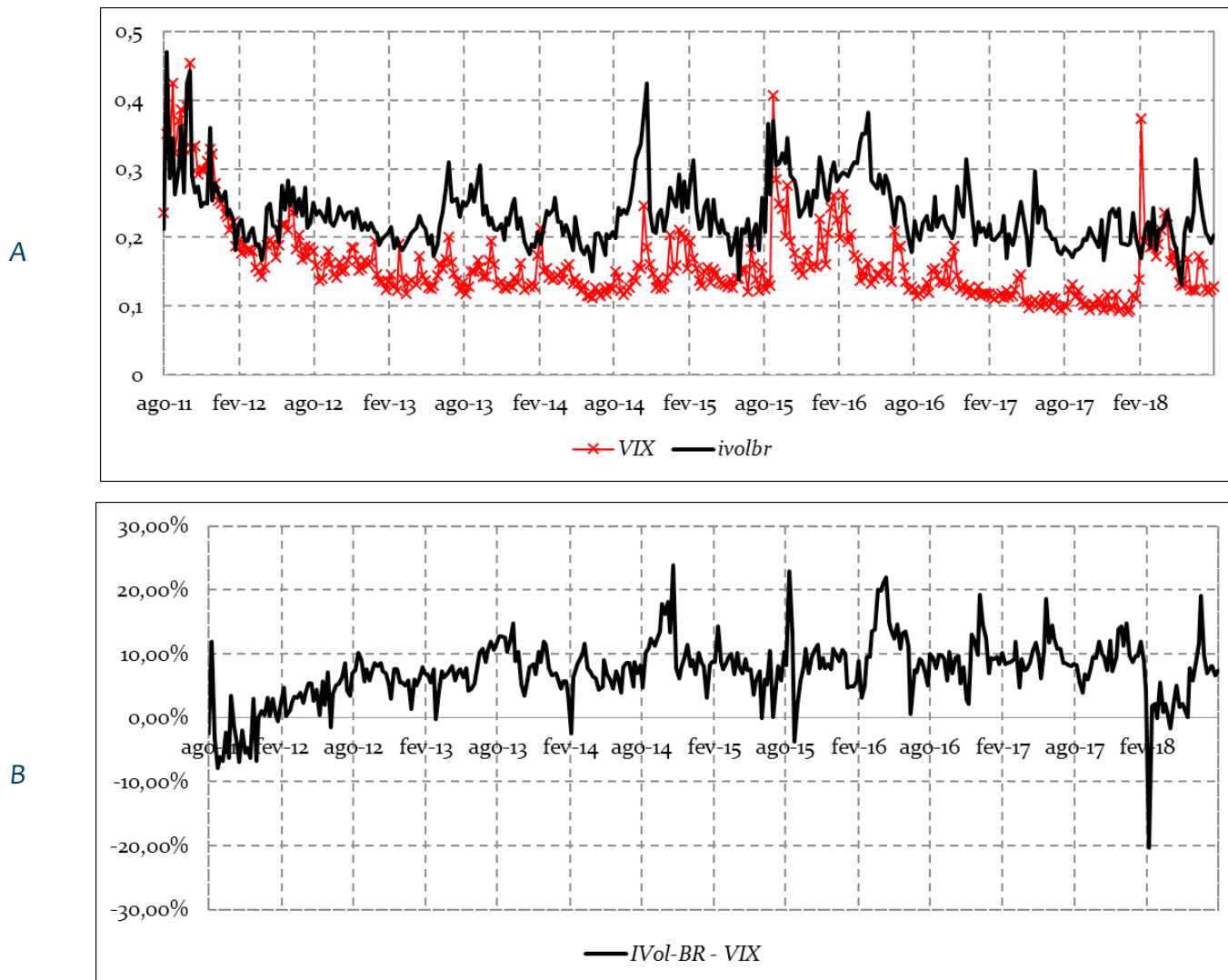
Tabela 3

Cinco Maiores da Semana				
Short interest			Taxa de Aluguel	
1.	USIM5	7,34%	RADL3	21,23%
2.	GOAU4	7,14%	RCSL4	17,50%
3.	EZTC3	6,37%	GFS3A3	17,30%
4.	GFS3A3	6,19%	MPLU3	17,27%
5.	TEND3	6,16%	CIEL3	15,28%
Variação no short interest			Variação na taxa de aluguel	
1.	USIM5	1,91%	RCSL4	15,90%
2.	GFS3A3	1,67%	FESA3	2,00%
3.	BEEF3	0,80%	EGIE3	1,97%
4.	BRFS3	0,75%	VIVR3	1,95%
5.	OIBR3	0,68%	LAME4	1,91%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.

O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, apurando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <[http://nefin.com.br/volatility\\_index.html](http://nefin.com.br/volatility_index.html)>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 31/07/2018)



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte.

O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(\*) <<http://nefin.com.br/>>.



# pesquisa na fea – Economia



## News Shocks e Expectativas do Consumidor: Evidências para o Brasil

THALES AUGUSTO JORDÃO DE TOLEDO TORRICELLI MAION

### Resumo

Índices de confiança/expectativas são frequentemente utilizados pela mídia e pelo mercado com o intuito de projetar o comportamento da economia. As expectativas dos agentes econômicos são peças relevantes, acredita-se, para explicar flutuações de produto e emprego, tanto moderadas como drásticas a exemplo das crises “.com” e dos *subprimes* americanos. No Brasil, o tema passou a receber mais atenção devido à crise dos últimos anos. A estimação de um VAR com séries brasileiras de produto, consumo e expectativas sugere que de fato inovações nos índices de expectativas possuirão impactos de médio-longo prazo no consumo agregado e no PIB, além dos próprios índices. A partir dessa evidência, procura-se separar por meio de um modelo DSGE o quanto desses impactos se deve a fundamentos econômicos futuros antecipados pelos agentes e o quanto se deve a alterações momentâneas de humor, isto é, aos *animal spirits*. Os resultados sugerem que *animal spirits* e ruídos inerentes aos próprios índices são responsáveis por uma parte considerável da flutuação no período de 1-2 trimestres. Para horizontes iguais ou superiores a 2 trimestres, a antecipação de fundamentos econômicos passa a ser predominante.

# Multiplicadores Fiscais de Gastos e Tributos: Uma Abordagem DSGE para a Economia Brasileira

VITOR KAYO DE OLIVEIRA

## Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de primariamente estudar o impacto da política fiscal brasileira sobre a atividade econômica via multiplicadores fiscais desagregados e secundariamente verificar se o comportamento da política fiscal é anticíclico, acíclico ou pró-cíclico. Para tanto, estima com técnicas bayesianas um modelo DSGE com um rico arcabouço de instrumentos fiscais de gastos e tributos desagregados em consumo público, investimento público, transferências e alíquotas tributárias sobre o consumo, a renda do trabalho e a renda do capital. Em especial, usa duas bases de dados distintas de alíquotas efetivas, que são os dados tributários que representam o mais fidedignamente possível as alíquotas do modelo e que ainda não foram utilizadas na literatura nacional. Os resultados mostram que, em todos os horizontes de tempo, o multiplicador do investimento público é o maior, enquanto o das transferências é o menor, e que a política fiscal brasileira é, em geral, pró-cíclica, contribuindo para amplificar o ciclo econômico. Assim, os multiplicadores indicam que, sob a perspectiva da preservação da atividade econômica, um ajuste fiscal deveria evitar cortes de investimento público, bem como dão respaldo à interpretação de que a diminuição da eficácia da política fiscal em 2010-2011 se deveu à perda de espaço do investimento público na composição relativa dos estímulos fiscais. Um dos exercícios de sensibilidade revela que os multiplicadores fiscais são maiores quando a política fiscal é pró-cíclica, lançando luz sobre a questão não explorada na literatura do efeito do comportamento fiscal (anticíclico, acíclico ou pró-cíclico) sobre os multiplicadores fiscais e indicando que os estudos de economias caracterizadas por políticas fiscais pró-cíclicas, como a brasileira, que não levam em conta esse comportamento fiscal, tendem a subestimar os multiplicadores. Ademais, o modelo evidencia quais são os instrumentos fiscais que mais ajudam a estabilizar a dívida pública e como o comportamento pró-cíclico magnifica os efeitos da política fiscal brasileira a expensas de uma dívida pública crescente que, para ser posteriormente estabilizada, exige um arrocho fiscal duradouro que afeta o produto de forma negativa. Também revela que os choques fiscais são responsáveis por explicar uma parcela relevante da variação do crescimento do produto, razão superávit primário-produto e razão dívida pública-produto.

# Crédito Direcionado e Desenvolvimento Econômico: Uma Avaliação da Política de Crédito Brasileira

---

MAILLIW SERAFIM DE SIQUEIRA SILVA

## Resumo

---

O presente trabalho visa avaliar os efeitos dos programas de direcionamento de crédito na economia brasileira. Para tanto, será construído um modelo de equilíbrio geral com agentes heterogêneos, capaz de reproduzir a estrutura do mercado de crédito do Brasil. Tal modelo será calibrado utilizando os dados da RAIS (Relatório Anual de Informações) e do SCR (Sistema de Informações de Crédito) para a seguir serem realizados exercícios contrafactuais alterando os parâmetros da política de crédito. Como resultado, encontra-se que o fim dos programas de crédito direcionado gera um aumento de produto, reduz a desigualdade e o tamanho médio das firmas, além de aumentar a produtividade, a inclusão financeira das firmas e o bem-estar. Além disto, os ganhos gerados pelo encerramento de tais programas se mostraram maiores do que políticas alternativas, como a focalização do crédito direcionado para os indivíduos mais produtivos ou para os mais pobres.

# economia & história



## Celso Furtado Analisa o Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas

RÔMULO MANZATTO (\*)

Ao escrever o primeiro tomo de sua obra autobiográfica, já na metade da década de 1980, Celso Furtado se lembraria de sua primeira missão oficial na Venezuela como marcada por um clima de tensão e desconfiança generalizada.<sup>1</sup> O registro se refere à missão oficial da CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina da ONU, no país sul-americano, realizada em 1957 e então chefiada pelo jovem economista brasileiro.

Furtado conta que o curto período da missão no país, de pouco mais de três meses, foi marcado por deslocamentos às áreas mais importantes da região, intenso trabalho de levantamento e organização de fontes estatísticas e mesmo o súbito desaparecimento de um de

seus auxiliares de pesquisa, um economista do Banco Central local, aparentemente recolhido à prisão, após concordar em colaborar com o levantamento de dados do balanço de pagamentos e do sistema monetário venezuelanos.<sup>2</sup>

A Venezuela era então governada pela ditadura do General Pérez Jiménez, cujo regime, já bastante desgastado politicamente, via-se obrigado a tentar construir pontes com organismos internacionais, como a própria CEPAL, ao mesmo tempo em que adotava uma postura excessivamente defensiva em seus assuntos internos, o que incluía a condução da política econômica nacional.<sup>3</sup>

Provavelmente por esse motivo, o relatório final preparado por Furtado tornou-se uma espécie de documento apócrifo. Inicialmente, o estudo conduzido pelo economista brasileiro seria usado como base para um curso de formação de quadros técnicos na Venezuela, nos mesmos moldes dos programas já oferecidos pela CEPAL em outros países da região. Ocorre que, tão logo o documento foi concluído, as autoridades locais informaram que o relatório final não poderia circular dentro ou fora da Venezuela. Para todos os fins, o trabalho seria considerado como “não existente”.<sup>4</sup>

Com o título de “*O desenvolvimento recente da economia venezuelana - (exposição de alguns problemas)*”, o relatório de Furtado parece ter

sido bem recebido pelos colegas cevalinos sediados em Santiago do Chile, que o parabenizaram pela concisão e profundidade do trabalho. Em que pesem as diferenças manifestadas por pares como o chileno Jorge Ahumada, os mexicanos Victor Urquidi e Juan Noyola, a impressão geral era de que, com o pouco tempo disponível, Furtado havia conseguido captar a essência do problema.<sup>5</sup>

O fato é que o texto circulou de maneira bastante restrita, permanecendo praticamente desconhecido do grande público por décadas. A sorte do estudo de Furtado sobre a Venezuela só mudaria no século seguinte. Primeiro, no ano de 2005, com a publicação do comentário de Carlos Aguiar de Medeiros ao relatório então depositado nos arquivos do Banco Central da Venezuela. Depois, já em 2008, com a publicação do manuscrito original pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o Desenvolvimento, no volume de título *“Ensaio sobre a Venezuela – Subdesenvolvimento com abundância de divisas”*.<sup>6</sup>

Cabe indagar, por que o relatório de Furtado gerou tamanha controvérsia? Afinal, o que um estudo técnico sobre o desenvolvimento recente da economia venezuelana poderia conter de tão danoso para a imagem do regime então no poder? No documento em questão, mesmo Furtado admitia que entre 1945 e 1956 a economia venezuela-

na havia crescido a uma taxa média de 8,1% ao ano, taxas de crescimento mais do que expressivas.<sup>7</sup>

Os anos de rápido crescimento haviam colocado a Venezuela entre os países de maior nível de renda per capita no mundo, em nível comparável ao de países desenvolvidos, como a então Alemanha Ocidental. Não fosse suficiente, o produto per capita venezuelano superava em mais de duas vezes o dos demais países da América Latina.<sup>8</sup>

Ainda assim, Furtado acreditava que a Venezuela apresentava todas as características de uma economia subdesenvolvida, como a grande desigualdade de renda entre zonas urbanas e rurais, bem como entre diferentes grupos sociais. Altos índices de analfabetismo, baixos padrões de consumo, estrutura produtiva essencialmente primária, ou mesmo as chocantes estatísticas que revelavam o baixo consumo de calorias por habitantes no país, o que, em um contexto de elevada desigualdade social, significava fome generalizada para parcela expressiva da população.<sup>9</sup>

Mesmo que redigido no tom cauteloso característico dos documentos internacionais, o relatório de Furtado não deixava de apontar os muitos obstáculos estruturais ainda a serem superados para que a economia venezuelana superasse o subdesenvolvimento, o que implicava também apontar os problemas do presente, mesmo que

esses estivessem camuflados pelos fartos recursos provenientes da exploração das reservas de petróleo do país.

O exercício, que não era dos mais fáceis, obrigava o economista a ser portador de más notícias. Era preciso indicar que o ritmo febril do crescimento econômico venezuelano carecia de bases materiais e que o período de bonança pelo qual o país vinha passando representava não um arranque rumo ao desenvolvimento sustentado, mas provavelmente um interregno entre dois momentos de crise. O que fica mais claro ao examinar alguns dos temas para discussão que Furtado escolheu ressaltar.

O estudo de Furtado destaca que boa parte dos recursos da Venezuela provinha da exploração e exportação de petróleo, que pela magnitude da entrada de divisas fazia com que houvesse uma tendência à sobrevalorização externa de sua moeda. O que, por sua vez, constituía em si mesmo um mecanismo de distribuição dos benefícios da renda exportadora, uma vez que facilitava as importações de bens de consumo para uso corrente e provocava a desorganização interna de importantes setores produtivos.<sup>10</sup>

Adicionalmente, Furtado via os gastos do governo – financiados principalmente pela arrecadação no setor de petróleo – como o principal fator dinâmico da economia

venezuelana. O investimento público, contudo, dava-se mais em obras públicas realizadas em grande escala do que no setor produtivo não petrolífero. Uma vez que as grandes obras públicas mantinham o nível de emprego durante tempo determinado, havia poucos estímulos do investimento público para criação de empregos de maneira duradoura em outros setores da economia.

Somado ao fato de que o setor de petróleo, de alta produtividade, empregava reduzido contingente de trabalhadores e também ao alto salário relativo, que incentivava o investimento privado em capital poupador de mão de obra, havia uma situação de lenta absorção do excedente de mão de obra no país, mesmo durante um período de expansão acelerada da renda nacional. Considerando também os já citados efeitos negativos da sobrevalorização da moeda sobre o setor produtivo interno, havia disparidades crescentes nas produtividades entre setores da economia, bem como maior dificuldade na expansão do mercado interno.<sup>11</sup>

Já em 1957, ano em que o estudo é realizado, Furtado parecia capaz de antecipar os sinais da crise econômica que pouco depois se abateria sobre o setor petrolífero e consequentemente sobre a Venezuela.<sup>12</sup> O Economista vê a possibilidade da manutenção do nível de crescimento apresentado até então pelo país com cautela, a depender

de uma ação governamental ampla, de maneira indireta, voltada para o investimento em educação básica, formação profissional e pesquisa tecnológica. E em sentido direto, na criação do que Furtado chama de “salário invisível”, isso é, no estabelecimento de serviços públicos de qualidade e acesso universal, capazes também de reduzir os gastos com mão de obra.<sup>13</sup> Tarefas nada simples, como se vê, que exigiriam tempo e melhor direcionamento dos recursos públicos já disponíveis.

Ocorre que a missão da CEPAL na Venezuela seria também a última de Celso Furtado como funcionário internacional da Comissão Econômica para a América Latina. Poucos meses depois, Furtado partiria para a Universidade de Cambridge, a convite de Nicholas Kaldor, para uma temporada de pesquisa. Lá, ainda no ano de 1957, aplicaria o acúmulo intelectual dos anos de CEPAL – o que inclui o estudo sobre a Venezuela – na redação de *Formação Econômica do Brasil*, considerada ainda hoje uma obra prima do pensamento estruturalista cepalino.<sup>14</sup>

## Referências

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, out/dez 1989.

D'AGUIAR FURTADO, R. F. Um olhar pioneiro. In: FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela*

- *Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURTADO, C. O desenvolvimento recente da economia venezuelana (Exposição de alguns problemas). In: FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela - Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a Venezuela - Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

\_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MEDEIROS, C. A. D. Celso Furtado na Venezuela. In: FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela - Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

SID AHMED, A. Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis. In: FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela - Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

1 Furtado, (2014, p. 174). Faço uso da edição mais recente da obra autobiográfica de Celso Furtado, que inclui os tomos de *A Fantasia Organizada, A Fantasia Desfeita e Os Ares do Mundo*, publicados originalmente entre os anos de 1985 e 1991.

2 Furtado (2014, p. 175). O texto de Rosa D'Aguiar Furtado reconstrói aspectos da visita de Furtado à Venezuela em 1957. Ver D'Aguiar Furtado (2008).

3 O texto de Carlos Aguiar Medeiros dá boa noção do momento de tensão política vivido pelo país quando da missão de 1957 liderada por Furtado. (MEDEIROS, 2008)

- 4 O testemunho é de Furtado (2014, p. 176).
- 5 Segundo D'Aguiar Furtado (2008, p. 14-17), que reconstrói a recepção do estudo a partir da correspondência pessoal de Furtado com outros membros da CEPAL.
- 6 D'Aguiar Furtado (2008, p. 14) nota diferenças nas duas versões do texto. Segundo a autora, o documento depositado no Banco Central Venezuelano teria grandes lacunas e marcas de revisão pouco características do modo como Furtado preferia trabalhar. Já a versão manuscrita, republicada em 2008, teria conservado integralmente o teor do texto original. O comentário de Carlos Aguiar de Medeiros foi republicado com modificações em Medeiros (2008).
- 7 Furtado (2008 [1957], p. 36-37).
- 8 Furtado (2008 [1957], p. 35).
- 9 Furtado (2008 [1957], p. 36 e 65).
- 10 Furtado (2008 [1957], p. 74).
- 11 Furtado (2008 [1957], p. 74-78).
- 12 Como nota Sid Ahmed (2008, p. 167).
- 13 Furtado (2008, p. 82).
- 14 O termo é de Bielschowsky (1989).

(\*) *Bacharel em Ciências Econômicas (FEA-USP) e Mestre em Ciência Política (FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@usp.br).*

## Relato de Pesquisa: Sobre a 7ª Conferência Internacional de História Econômica e o IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

LUCIANA SUAREZ LOPES (\*)

No último mês de julho, foram realizados no *campus* da USP em Ribeirão Preto a 7ª Conferência Internacional de História Econômica e o IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, organizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, a FEA-RP.

Ao todo, foram apresentados 92 trabalhos, divididos em 24 sessões, abrangendo sete áreas temáticas: Brasil e Américas Coloniais; Brasil e América no século XIX; Brasil e América, séculos XX-XXI; História Econômica Geral; História do Pensamento Econômico; História de Empresas; e Iniciação Científica.

Além das sessões temáticas, o encontro contou com a conferência da Profa. Dra. Anne Gerard Hanley, da Northern Illinois University, e com mesas redondas sobre o *Desenvolvimento no século XIX*, e o *Mercado de Trabalho no Brasil*, com a participação dos professores doutores Luiz Fernando Saraiva, Alexandre Saes e José Flávio Motta.

Na cerimônia de abertura, ocorreu a entrega dos prêmios de melhor dissertação de mestrado e tese de doutorado em História Econômica 2016/2017. Os vencedores foram Felipe Souza Melo, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP, com o trabalho intitulado *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII* e Luiz Felipe Bruzzi Curi, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP, com o trabalho intitulado *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*.

Dentre os trabalhos apresentados nos vários simpósios temáticos, destacam-se aqueles desenvolvidos nas linhas temáticas de *Fiscalidade e Escravidão* no âmbito do HERMES & CLIO – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA/USP.

No primeiro dia do evento, a mestranda Camila Scacchetti apresentou o artigo *Os cafés e os direitos de saída na São Paulo Provincial*, no qual estuda a influência da cultura

cafeeira na receita orçada provincial paulista durante o período imperial, tendo como ponto de partida a arrecadação dos chamados *direitos de saída*.

Além deste, ainda no primeiro dia, a também mestranda Bruna de Jesus Barbosa da Silva apresentou o texto *A organização fazendária na Província de São Paulo*, que relata os primeiros resultados de um trabalho mais amplo, que tem como objetivo o estudo do Tesouro Provincial Paulista, fundado em 1859, utilizando para isso a documentação manuscrita preservada no Arquivo do Estado de São Paulo.

No segundo dia, a doutoranda Rafaela Carvalho Pinheiro apresentou o trabalho *Quem paga com cheque está sempre bem documentado: o Banco do Sul de Minas nos anos da Grande Depressão*, no qual estuda o caso do Banco do Sul de Minas, fundado em Varginha no ano de 1932. O estabelecimento funcionou cinco anos, sendo justamente o processo de falência do banco a principal fonte documental utilizada pela autora.



Ainda no segundo dia, a mestrande Ana Elisa Salmaso apresentou o artigo *“Em vista de aprender um ofício: tutelas e trabalho de menores na segunda metade do século XIX em Campinas”*, no qual analisa os processos de tutela de crianças em Campinas e de como esses processos podem ter sido utilizados para se ter acesso ao trabalho de menores, em especial daqueles nascidos de mães escravas após a Lei do Ventre Livre, nos momentos finais do regime escravista.

Há que se ressaltar que eventos como esse, organizado pela ABPHE e pela FEA-RP, só reforçam a robustez da área de História Econômica no Brasil. Fomentando o diálogo entre pesquisadores, professores e pós-graduandos de várias partes do país, os organizadores do encontro contribuíram, sem dúvida,

para o aprimoramento tanto da área como das pesquisas apresentadas.

É digno de nota o fato de que o Encontro não contou com fontes externas de financiamento. O encontro se viabilizou por conta de um grande esforço de boa vontade, que envolveu a FEA-RP e os associados da ABPHE. Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras da Comissão Organizadora, com as quais encerro esse relato de pesquisa:

Esgotadas todas as formas de financiamentos institucionais o nosso encontro só se manteve pelo apoio da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) e pela compreensão dos representantes e sócios da ABPHE que se dispuseram a ir ao evento as-

sumindo todos os custos relativos ao evento. A troca de informações entre profissionais com carreiras consolidadas na área de História Econômica com as pesquisas de pós-graduandos em diferentes estágios de desenvolvimento sempre foi o principal motivo do nosso encontro e a razão do seu sucesso há quase 20 anos.

*(\*) Professora Doutora do Departamento de Economia da FEA/USP.  
(E-mail: lslopes@usp.br).*